

# Espaço **REGIONAL**

R E V I S T A ▶▶▶

Ano I - Nº 001 - 2ª edição - junho de 2007

Distribuição gratuita

**Organização,  
desenvolvimento  
e sustentabilidade**

*Os projetos que fazem  
o Brasil dar certo*



## PROMESO

Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais

Ministério da Integração Nacional

**SPR**

Secretaria de Programas Regionais



## CONVIVER

Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido

Ministério da Integração Nacional

**SPR**

Secretaria de Programas Regionais



## FAIXA DE FRONTEIRA

Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF

Ministério da Integração Nacional

**SPR**

Secretaria de Programas Regionais



## PRODUZIR

Programa Organização Produtiva de Comunidades

Ministério da Integração Nacional

**SPR**

Secretaria de Programas Regionais



## PROMOVER

Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões

Ministério da Integração Nacional

**SPR**

Secretaria de Programas Regionais



A organização social e o desenvolvimento econômico das regiões. Isso é política de desenvolvimento, isso é o Brasil no caminho do crescimento.

<b>Com a palavra</b> .....	05
<b>Opinião</b> .....	07
<b>PROMESO</b> .....	09
<b>PROMESO - Alto Solimões</b> .....	12
<b>PROMESO - Bico do Papagaio</b> .....	19
<b>PROMESO - Chapada das Mangabeiras</b> .....	21
<b>PROMESO - Chapada do Araripe</b> .....	24
<b>PROMESO - Xingó</b> .....	27
<b>PROMESO - Vales do Jequitinhonha e Mucuri</b> .....	30
<b>PROMESO - Itabapoana</b> .....	33
<b>PROMESO - Vale do Ribeira/Guaraqueçaba</b> .....	35
<b>PROMESO - Águas Emendadas</b> .....	38
<b>PROMESO - Grande Fronteira do Mercosul</b> .....	41
<b>PROMESO - Metade Sul do Rio Grande do Sul</b> .....	44
<b>CONVIVER</b> .....	46
<b>FAIXA DE FRONTEIRA</b> .....	52
<b>PRODUZIR</b> .....	57
<b>PROMOVER</b> .....	61
<b>Desafios</b> .....	65

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

**Luiz Inácio Lula da Silva**

MINISTRO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

**Geddel Quadros Vieira Lima**

SECRETÁRIO EXECUTIVO

**Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira**

SECRETÁRIA DE PROGRAMAS REGIONAIS

**Márcia Regina Sartori Damo**

SECRETARIA DE PROGRAMAS REGIONAIS

**Fabio Eduardo de Mello Cunha** - Diretor de Programas da Regiões Norte e Nordeste

**Marcelo Moreira** - Diretor de Programas das Regiões Sul e Sudeste

Gerentes-executivos dos Programas de Desenvolvimento Regional

**Daniela Cruz de Carvalho** - Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-regiões - PROMOVER

**Viviane Faria** - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira - PDFF

**Ana Maria Ferreira Leite** - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais - PROMESO

**Luanna Sant'Anna Roncaratti** - Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido - CONVIVER

**Sérgio Pinho** - Programa de Organização Produtiva de Comunidades - PRODUZIR

Equipe Gestora

**Aginaldo Moraes daSilva** - Gerente da Mesorregião de Águas Emendadas

**Ana Maria Ferreira Leite** - Gerente da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba

**Daniela Cruz de Carvalho** - Gerente da Mesorregião Bico do Papagaio

**Daniela Cruz de Carvalho** - Gerente da Mesorregião Alto Solimões

**Luanna Sant'Anna Roncaratti** - Gerente da Mesorregião do Seridó

**Marcos Carvalho de Sant'ana** - Gerente da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul

**Maila Romano Villa Verde** - Gerente da Mesorregião Vale do Rio Acre

**Morganna Mendes** - Gerente da Mesorregião Itabapoana

**Morganna Mendes** - Gerente da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul

**Oswaldo de Deus Ferreira Jr** - Gerente da Mesorregião Chapada das Mangabeiras

**William da Silva Sousa** - Gerente da Mesorregião Chapada do Araripe

**Romário Farney** - Gerente da Mesorregião Vales do Jequitinhonha/Mucuri

**Walber Santana Santos** - Gerente da Mesorregião Xingó

Conselho Editorial da SPR

**Ana Maria Ferreira Leite**

**Cleber Bezerra Aguiar**

**Cleidson Nogueira Dias (coordenação)**

**Luanna Sant'Anna Roncaratti**

**Marcelo Moreira**

Revista Espaço Regional é uma publicação da Secretaria de Programas Regionais

Secretaria de Programas Regionais - SPR

SAS QD. 06 Ed. Órgãos Centrais

Bloco O 2º Andar - Gabinete SPR

Tel: (61) 3414-5419; Fax: (61) 3223-2875

CEP 70070-912 - Brasília - DF

www.integracao.gov.br

Jornalista Responsável

**Lucia Fernandes**

Projeto Gráfico e Editoração

**Pedro Werta**

Foto capa

**Gustavo Lima**

Assistente de Produção

**Gabriela Prado**

Produção

**Luan Comunicação**

(61) 3327-6827

www.luancomunicacao.com.br



Ministério da  
Integração Nacional



**S**e há um significado expressivo para a expressão integração nacional, que dá nome ao Ministério do qual tenho a honra de ser o titular, este é a capacidade de reunião, em torno de um processo de desenvolvimento, a cada dia mais consolidado, de todos os segmentos que compõem o nosso País.

Caracterizado por uma diversidade geográfica, racial e cultural das mais expressivas em todo o mundo, o Brasil detém, no entanto, uma diversidade social e econômica preocupante, dados os indicadores de concentração de renda e de desigualdades regionais que ainda se apresenta como desafio que se coloca para a sociedade brasileira para a redução das desigualdades é significativo.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional, concebida pelo Ministério da Integração Nacional, veio institucionalizar mecanismos e instrumentos indispensáveis para a consolidação de uma revolução silenciosa que o País vem experimentando nos últimos anos, por meio da qual conceitos como inserção social e econômica, valorização do potencial endógeno ou a própria expressão desenvolvimento regional ganham concretude e importância no cenário nacional.

Cresce em compreensão e assimilação um novo paradigma pelo qual a questão regional não pode mais ficar limitada à discussão e encaminhamento de soluções para o desnível social e econômico entre o Norte/Nordeste e o Centro-Sul, posto que outras escalas espaciais, em todo o território nacional, se impõem como carentes de uma intervenção, compartilhada entre os níveis de Governo e as representações sociais locais, que as introduza ou recoloca na dinâmica do desenvolvimento.

Assim, espaços como as mesorregiões diferenciadas, o semi-árido nordestino ou a faixa de fronteira têm sido objeto de iniciativas, como as ilustradas nesta Revista, que valorizam e estimulam as vocações produtivas locais, não sem antes terem sido diagnosticadas, priorizadas e selecionadas por meio de organizações sociais existentes ou estimuladas a se constituir, capazes de recuperar auto-estimas e cidadanias adormecidas pela estagnação e desesperança antes predominantes nesses espaços.

O Ministério da Integração Nacional tem feito a parte que lhe é possível neste processo, maximizando resultados na aplicação de ainda escassos recursos e incorporando ao significado da expressão que lhe dá nome a integração horizontal e vertical de políticas públicas federais, bem como destas com as das instituições representativas locais, em um esforço recompensador que vai do planejamento à execução, passando pelo fortalecimento da gestão e da capacidade operacional dos agentes locais do desenvolvimento.

Fazer com que os mais diversos segmentos sócio-econômicos do País se integrem ao processo de desenvolvimento nacional e dele usufruam em termos de melhoria da qualidade de vida de seus integrantes é o desafio ao qual nos mantemos fiéis e do qual apresentamos aqui alguns resultados expressivos já alcançados.

**Geddel Vieira Lima**

*Ministro da Integração Nacional*



**E**ste primeiro número da revista ESPAÇO REGIONAL objetiva dar maior visibilidade às diversas ações desenvolvidas pelo Ministério da Integração Nacional, particularmente pela Secretaria de Programas Regionais, apresentando seus resultados nos espaços regionais que têm recebido especial atenção do Governo Federal, nos últimos anos.

A Secretaria de Programas Regionais vem intensificando suas iniciativas, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, buscando a efetivação da sua missão, ou seja, a promoção de ações para estruturação econômica e inclusão social, visando ao desenvolvimento regional sustentável, contando, para tal, com a parceria de outros órgãos públicos e organizações da sociedade civil, mediante o estímulo à criação e ao funcionamento de entidades e fóruns representativos.

Os programas de desenvolvimento regional, PROMESO, FAIXA DE FRONTEIRA, CONVIVER, PROMOVER e PRODUZIR, têm procurado identificar os ativos endógenos de cada uma das sub-regiões e, a partir destes, apoiá-los técnica e financeiramente, focando seus esforços sempre na sustentabilidade de suas ações.

O Programa PROMESO valoriza as iniciativas advindas das forças sociais organizadas nos diversos sub-espacos, denominados mesorregiões, que se apresentam em número de treze e se caracterizam como a escala territorial preferencial do Ministério da Integração Nacional na implementação de política pública de desenvolvimento regional.

Com o programa FAIXA DE FRONTEIRA retomou-se o planejamento estratégico desta importante região do país, a partir da sua estruturação física, social e econômica, com ênfase na ativação das potencialidades locais.

Já o CONVIVER, constitui-se em um importante instrumento para a promoção da sustentabilidade de atividades econômicas próprias do semi-árido nordestino para a inserção produtiva da população a partir de ações de desenvolvimento regional que visam à dinamização de arranjos, setores e cadeias produtivas regionais, articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica.

Em articulação com o PROMESO e demais programas de desenvolvimento regional, atua o programa PROMOVER. Com este programa são apoiados projetos que estimulam a consolidação e dinamização de atividades competitivas e irradiadoras de desenvolvimento, a partir do refinamento, especialização e inovação tecnológica das bases produtivas sub-regionais.

O PRODUZIR é um programa que tem por objetivo o fortalecimento do capital humano e social de comunidades situadas nas áreas de depressão econômica ou que apresentam problemas de estagnação, visando à sua inserção produtiva e competitiva no mercado.

Pelo exposto, percebe-se que os Programas Regionais têm dupla finalidade: marcam a presença de nova abordagem da Política Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil e servem como instrumento de diálogo e articulação do Ministério da Integração Nacional com outras ações governamentais, especialmente as do Governo Federal.

Cabe destacar também a contribuição do Ministério da Integração Nacional no esforço de consolidação do processo de planejamento e gestão do desenvolvimento regional nas escalas macrorregional e escala sub-regional ou territorial.

No que diz respeito às macrorregiões, o MI busca o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão no nível do Governo Federal para que os planos macrorregionais sejam elaborados de forma pactuada com a sociedade e os demais entes da federação e que sejam garantidos os recursos dos vários ministérios a fim de viabilizar projetos estratégicos para as regiões. Isso vem mostrando a necessidade de uma instância de gestão multisetorial, e que precisa ser exercida por uma institucionalidade colegiada que tenha força política como é o caso da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e dos Conselhos Deliberativos da novas SUDENE e SUDAM. E mais, o Plano Plurianual - PPA, LDO e a LOA, no nível federal, precisam refletir as demandas estratégicas das regiões priorizadas por essas instâncias.

No nível sub-regional, além da construção participativa e pactuada dos planos, existe ainda outro aspecto de suma importância: a ampliação da capacidade institucional dos territórios para elaboração e execução de projetos, numa ambiência de gestão social e compartilhada dos rumos do desenvolvimento. Isso significa a necessidade de fortalecimento das instâncias de concertação sub-regionais, como é o caso dos Fóruns das Mesorregiões, para exercerem seu papel de planejamento e controle social, bem como capacitar as equipes do poder local, do terceiro setor e lideranças produtivas e comunitárias, não apenas em questões técnicas e setoriais mas, sobretudo, na elaboração e gestão de projetos, na captação de recursos e nos temas novos de sustentabilidade ambiental, microfinanças, redes de comercialização, cooperação etc.

Por fim, não poderia deixar de ressaltar o corajoso voluntariado existente em todas as mesorregiões e sub-espacos nacionais, que se reúne nos Fóruns de Desenvolvimento e que se empenha, diariamente, na incansável busca por superação aos grandes desafios ainda existentes no caminho que conduz ao desenvolvimento equilibrado, integrado e sustentável do nosso País.

Obrigada e boa leitura a todos.

***Márcia Regina Sartori Damo***  
*Secretária de Programas Regionais*  
*Ministério da Integração Nacional*



Foto: Adalberto Marques

Apesar de seus poucos anos de existência, o Ministério da Integração Nacional já contribuiu muito para o avanço do tratamento da temática do desenvolvimento regional no Brasil. Exemplo disso são as propostas de novas políticas de desenvolvimento regional e de ordenamento territorial. Creio ser especialmente importante a experiência adquirida com os Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, que institucionalizam instâncias de articulação e representação dos atores regionais e que atuam em uma escala territorial mais próxima do nível local, menos abrangente que a das macrorregiões.

Em minha opinião, um avanço mais efetivo da abordagem da dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro, na próxima década, dependerá da generalização, para todas as porções do território nacional, de arranjos institucionais como os que têm sido testados nos Programas de mesorregiões. Tais arranjos permitem que a sociedade civil se torne realmente protagonista da formulação, implementação e avaliação das ações, acabando com o estilo tradicional, centrado em medidas concebidas e implantadas “de cima para baixo”. Além disso, é necessário alocar volumes mais adequados de recursos para a promoção do desenvolvimento regional, bem como avançar na articulação entre as ações das diferentes instâncias federativas – e dos diferentes órgãos dessas instâncias – que se refiram a uma mesma parcela do território.

**Pedro Silveira Bandeira**

Professor da UFRGS



Para manter ou garantir o desenvolvimento regional na próxima década temos que conscientizar a sociedade brasileira sobre a importância do tema e começar a tratá-lo não como uma questão meramente local, mas nacional e de forma suprapartidária.

Precisamos ter a visão estratégica, e não míope, de que a redução das desigualdades passa por ações de curto, médio e longo prazo. É necessário, também, que os territórios – regiões – tenham seus projetos articulados em rede. Isso fortalece a aprendizagem e mantém os temas de forma ativa na agenda de desenvolvimento do País.

As políticas públicas devem ter foco no territorial e atuar de forma integrada porque não se constrói desenvolvimento regional sem integração.

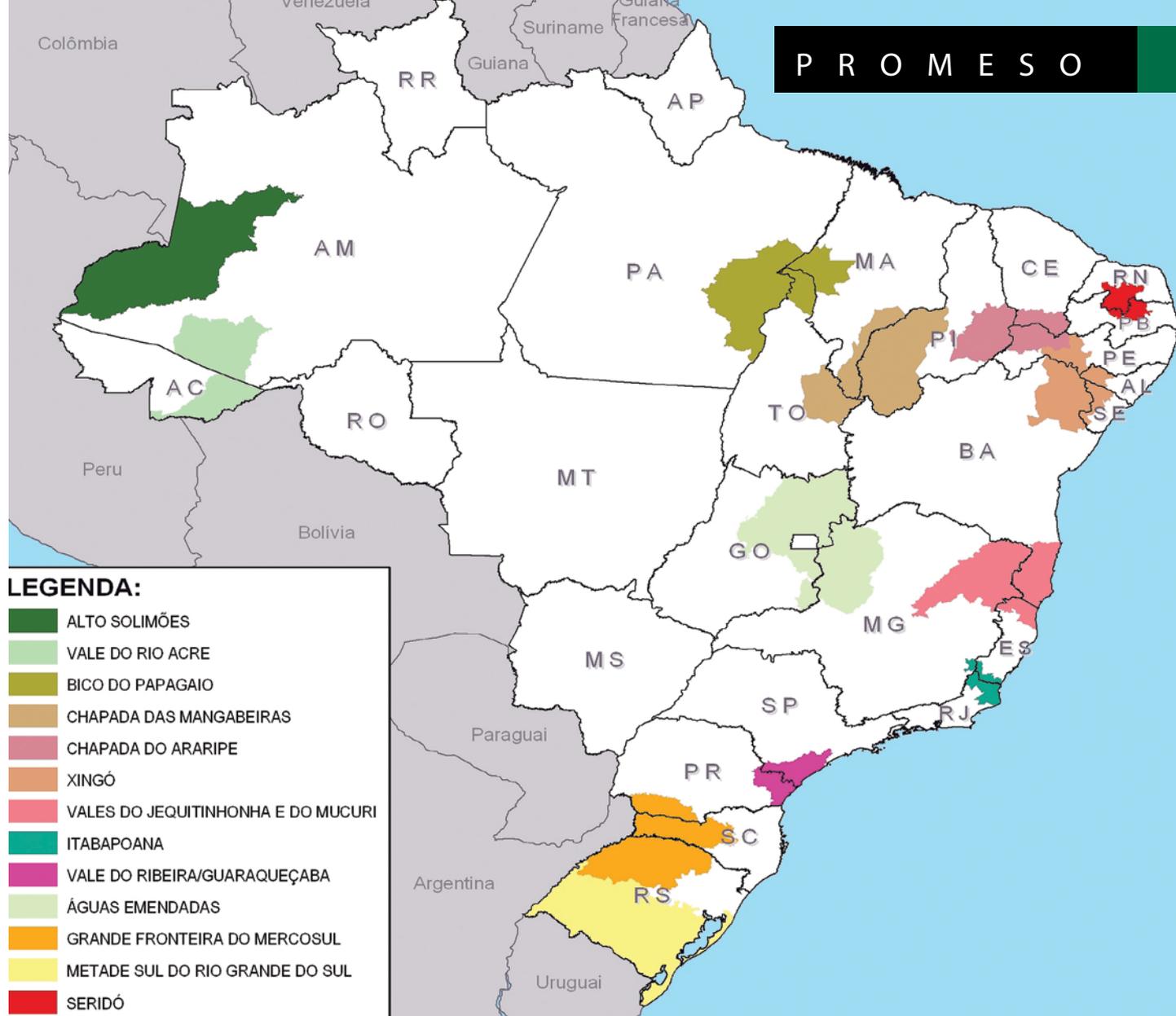
Devemos, ainda, acompanhar as boas práticas e as iniciativas de sucesso, promover estudos de caso e fazer a divulgação dos resultados. Isso fortalece o intercâmbio da informação entre as diversas regiões e, ao mesmo tempo, estimula a inovação e o protagonismo dos atores locais.

Também é necessário capacitar as instituições representativas locais e regionais (fóruns, conselhos, consórcios) que muitas vezes não têm conhecimento sobre as suas missões.

O desenvolvimento regional passa pela proposta de políticas nacionais inovadoras em atendimento à política regional e pelo fortalecimento da atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

**Tânia Zapata**

Coordenadora do Projeto de Cooperação Internacional  
do BNDES para o Desenvolvimento Local



## Organização social e orientação para o desenvolvimento

O Brasil apresenta nítidas desigualdades regionais, resultado de um processo de desenvolvimento caracterizado pela concentração em áreas específicas, principalmente no Centro-Sul e ao longo da faixa litorânea.

Mesmo com os modestos, mas contínuos avanços no processo de desconcentração, o Brasil ainda sente falta de políticas públicas que efetivamente contribuam para a inserção igualitária de áreas menos desenvolvidas e que oferecem precárias condições de bem-estar social a seus habitantes.

Para mudar este cenário, o Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO – incentiva a interface entre as diversas ações do governo em espaços específicos, as chamadas mesorregiões diferenciadas – que nada mais são do que territórios que envolvem regiões de um ou mais Estados que compartilham características comuns em cultura, questões socioeconômicas, políticas e ambientais.

A partir de linhas mestras e objetivos estabelecidos pelo Ministério da Integração Nacional, cabe aos parceiros – setor público, setor produtivo e sociedade civil – arrematar o novo modelo de gestão segundo as necessidades regionais próprias e suas características culturais e sociais, visando o fortalecimento da mesorregião.

## O que é? Quais os objetivos?

O PROMESO busca a redução das inaceitáveis desigualdades sociais e regionais, a partir, principalmente, da potencialização dos ativos endógenos tangíveis e intangíveis de mesorregiões diferenciadas.

### Tem como objetivos:

- induzir a atuação integrada do Governo Federal em novas escalas especiais, preferencialmente em sub-regiões;
- promover a identificação de demandas e soluções à chamada problemática regional com a participação efetiva da sociedade civil que, para tanto, deve estar organizada e legitimamente representada;
- buscar a superação dos desequilíbrios com base no fomento a todas as regiões que apresentem potencialidades e ativos de capital humano e social, parcerias, capacidade de construir planos e pactos, redes de cooperação entre agentes econômicos, cooperação entre instituições públicas e privadas.

**Operacionalidade** - o Programa se constitui num dos braços operacionais da Política Nacional de Desenvolvimento Regional formulada pelo Ministério da Integração Nacional.

Sendo um Programa que tem como foco a gestão do desenvolvimento amparado no estímulo ao potencial e características econômicas, sociais e culturais próprias de cada região, o PROMESO busca constantemente a organização social e orienta as populações locais sobre as possibilidades concretas de desenvolvimento.

O Programa incentiva ainda a capacitação de pessoas e a criação de bases do associativismo e cooperativismo visando criar um ambiente propício ao desenvolvimento sustentável das Mesorregiões.

Neste cenário também tem destaque o esforço para a implantação de uma infra-estrutura mínima necessária ao crescimento econômico das regiões, como obras que não fazem parte de iniciativas de grande porte dos governos e, ainda, facilidades de acesso a financiamentos de baixo custo como, por exemplo, os fundos constitucionais e as agências de desenvolvimento.

O PROMESO proporciona a inserção de ações programáticas decorrentes do exercício da transversalidade que começa a ser colocada em prática na administração pública federal, fazendo convergir esforços tipicamente setoriais para espaços territoriais definidos no âmbito das competências de integração nacional.

O Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais foi concebido de forma que seja possível o acompanhamento da evolução dos indicadores socioeconômicos da região, permitindo que as ações governamentais possam ser permanentemente adaptadas às necessidades decorrentes do processo de desenvolvimento.

A estrutura do PROMESO também permite a inclusão de novas áreas a serem identificadas como prioritárias para este tipo de ação, ao mesmo tempo em que experiências bem sucedidas podem deixar de ser objeto do Programa por terem alcançado grau satisfatório e sustentável de incorporação à dinâmica do desenvolvimento nacional.

**Mesorregiões** - o primeiro aspecto enfatizado pelo PROMESO é a organização e capacitação das populações nas Mesorregiões. São elas: Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Bico do Papagaio, Chapada das Mangabeiras, Xingó, Chapada do Araripe, Águas Emendadas, Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Itabapoana, Vale do Ribeira/Guaraqueçaba, Grande Fronteira do Mercosul, Metade Sul do Rio Grande do Sul e Seridó. ►►

### Investimento

De 2003 a 2006, foram investidos no PROMESO recursos da ordem de R\$46,3 milhões.

O Programa apoiou aproximadamente 100 diferentes Arranjos Produtivos Locais em 12 Mesorregiões.

# Áreas de atuação

# Áreas de atuação

**Mesorregião do Alto Solimões** – abrange parte do Amazonas. Composta por nove municípios, totalizando uma área de 214.217,80 Km<sup>2</sup> e população estimada de 237.595 habitantes.

**Mesorregião do Vale do Rio Acre** – abrange parte do Acre e Amazonas. Constituída por 13 municípios, totalizando uma área de 103.053,26 Km<sup>2</sup> e população estimada de 477.598 habitantes.

**Mesorregião do Bico do Papagaio** – abrange parte do Maranhão, Pará e Tocantins. Formada por 66 municípios, totalizando uma área de 140.109,46 Km<sup>2</sup> e população estimada de 1.599.598 habitantes.

**Mesorregião do Xingó** – abrange parte de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia. Constituída por 79 municípios, totalizando uma área de 78.622,19 Km<sup>2</sup> e população estimada de 1.764.484 habitantes.

**Mesorregião da Chapada do Araripe** – abrange parte do Ceará, Pernambuco e Piauí. Composta por 88 municípios, totalizando uma área de 382.126,11 Km<sup>2</sup> e população estimada de 4.151.298 habitantes.

**Mesorregião da Chapada das Mangabeiras** – abrange parte do Tocantins, Maranhão e Piauí. Formada por 54 municípios, totalizando uma área de 156.324,01 Km<sup>2</sup> e população estimada de 407.411 habitantes.

**Mesorregião do Seridó** – abrange parte da Paraíba e Rio Grande do Norte. Composta por 54 municípios, totalizando aproximadamente 21.050,49 Km<sup>2</sup> com uma população de 535.826 habitantes.

**Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri** – abrange parte de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Constituída por 105 municípios, totalizando uma área de 111.653,69 Km<sup>2</sup> e população estimada de 2.073.136 habitantes.

**Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba** – abrange parte de São Paulo e Paraná. Formada por 39 municípios, totalizando uma área de 29.954,32 Km<sup>2</sup> e população estimada de 829.296 habitantes.

**Mesorregião Itabapoana** – abrange parte do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Composta por 31 municípios, totalizando uma área de 14.642,94 Km<sup>2</sup> e população estimada de 854.138 habitantes.

**Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul** – abrange parte do Rio Grande do Sul. Constituída por 104 municípios, totalizando uma área de 153.770,25 Km<sup>2</sup> e população estimada de 2.759.947 habitantes.

**Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul** – abrange parte do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Composta por 381 municípios, totalizando uma área de 121.283,53 Km<sup>2</sup> e população estimada de 3.785.812 habitantes.

**Mesorregião de Águas Emendadas** – abrange parte de Goiás e Minas Gerais. Formada por 99 municípios, totalizando uma área de 191.063,05 Km<sup>2</sup> e população estimada de 2.075.649 habitantes.

# Peixe amazônico e rádio: fatores de **rentabilidade** e integração

**A** Mesorregião do Alto Solimões engloba nove municípios do estado do Amazonas: Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá, Tonantins, Juruá e Fonte Boa. Tem uma população de 240 mil habitantes, sendo que 46,8% vivem em áreas urbanas e 53,2% em áreas rurais. Apresentou taxas de crescimento populacional expressivas na última década, fazendo com que seis cidades ultrapassassem a casa dos 20 mil habitantes. Contudo, a distância de centros de desenvolvimento econômico do Amazonas e do Brasil dificulta o intercâmbio comercial e acarreta deficiências no abastecimento de produtos e oferta dos serviços necessários para o crescimento da região.

Por outro lado, a biodiversidade e o ecossistema amazônico têm grande potencial, especialmente no que diz respeito às frutas típicas, a piscicultura e a pesca. O setor madeireiro e de produtos florestais não-madeireiros tem como destaque a castanha-do-Brasil, andiroba entre outros. A diversidade amazônica também oferece grandes oportunidades no ecoturismo e na pesca esportiva.

## Projetos de destaque da Mesorregião

Arranjo Produtivo Local da Pesca e Aqüicultura  
Arranjo Produtivo Local do Artesanato Indígena  
Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil  
Arranjo Produtivo Local da Madeira  
Turismo e integração na Faixa de Fronteira do Alto Solimões  
Sistema de Comunicação Pública para a Mesorregião do Alto Solimões

**“O sistema de produção dos pólos começa com a captura dos peixes nos rios e lagos da região, da mesma forma como vem ocorrendo tradicionalmente ao longo dos anos, mas que terá uma melhoria na qualidade do produto pela inclusão de novas técnicas de armazenagem e manuseio do pescado.”**

## PESCADO: ALIMENTO E TRABALHO

Na Mesorregião do Alto Solimões, assim como em toda a bacia do rio Amazonas e seus afluentes, a pesca é um dos principais segmentos econômicos, sendo responsável por grande parte das oportunidades de trabalho e geração de renda no meio rural. Além disso, o pescado se constitui na principal fonte de proteínas para a população, com um consumo acima dos 40 Kg / ano / *per capita*.

O setor pesqueiro enfrenta vários problemas, entre eles a deficiência de infra-estrutura de transporte e conservação de pescado, causando desequilíbrio entre oferta e demanda; uso de técnicas de captura e conservação do pescado ineficientes; dificuldade de acesso a linhas de crédito, especialmente para financiamento das viagens de pesca; grande desperdício de pescado, desde a captura até a comercialização; declínio de alguns estoques pesqueiros, principalmente dos peixes de pele; redução da área de pesca pela demarcação de áreas indígenas; dificuldade de comercialização da produção, especialmente no período de safra do pescado; e dificuldade de auto-financiamento devido às baixíssimas margens de lucro.

**Ação** - buscando melhorar este cenário foi criado, em 2004, o projeto *Pólos de Produção de Pescado na Mesorregião do Alto Solimões*, uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional, o Governo do Estado do Amazonas e o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) do Amazonas.

O objetivo é organizar dois pólos de produção de pescado visando à integração dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Numa próxima etapa, serão beneficiados os municípios de Jutai e Fonte Boa, constituindo o terceiro pólo de produção.

A estruturação do sistema de produção teve início com a instalação de dois frigoríficos de pescado em Tabatinga e Santo Antônio do Içá, e de 12 unidades de recepção em comunida-



*“Para nós pescadores da região, o Projeto trouxe inúmeros benefícios como o acesso ao cenário amazense da pesca profissional, pois buscamos continuamente o desenvolvimento do mercado local, antes sem perspectivas. Um dos principais benefícios trazidos com o Projeto foi a nossa saída das mãos dos atravessadores. Hoje, estamos organizados (são mais de 400 cooperados, que antes eram 30) no setor e destaco a aquisição dos entrepostos de armazenamentos (os frigoríficos, flutuantes e barcos) proporcionados pelos parceiros do Projeto - Ministério da Integração Nacional, Sepror, além das ações de capacitação oferecidas pelo Sebrae -, nossas maiores conquistas”.*

**Roberto Pereira da Costa** – pescador

Diretor Financeiro da Coopeixe I e Presidente da Colônia de Pescadores do Município de Atalaia do Norte



des pesqueiras selecionadas.

Com a proposta, é possível organizar um sistema de produção eficiente, desde a captura até o beneficiamento e a comercialização do pescado.

Dorotea Blos, gerente da Mesorregião do Alto Solimões, explica que “o sistema de produção dos pólos começa com a captura dos peixes nos rios e lagos da região, da mesma forma como vem ocorrendo tradicionalmente ao longo dos anos, mas que terá uma melhoria na qualidade do produto pela inclusão de novas técnicas de armazenagem e manuseio do pescado. Por outro lado, ao invés da produção ser vendida para atravessadores, uma cooperativa de pescadores se torna responsável pelo armazenamento temporário do pescado em uma unidade flutuante, para depois, em conjunto, ser conduzida à indústria de beneficiamento instalada em cada pólo de produção.”

**Capacitação** – as ações de capacitação organizacional, empreendedora e tecnológica oferecidas pelo projeto possibilitaram aos trabalhadores a qualificação necessária para o desenvolvimento eficiente da atividade pesqueira, com redução de custos, aumento da margem de lucro e diminuição do desperdício desde a captura até a comercialização.

As ações também vão tornar possível a formação de uma Central de Negócios para gerenciar o projeto *Pólos de Produção de Pescado na Mesorregião do Alto Solimões* e vão permitir, ainda, a comercialização do produto com escala necessária para



Foto: divulgação

prospecção de novos mercados e um maior retorno financeiro aos pescadores.

Numa segunda etapa do projeto será criado, em Tabatinga, um pólo de processamento de pescado englobando indústria de processamento e fábrica de farinha de peixe.

Um dos principais objetivos do projeto *Pólos de Produção de Pescado na Mesorregião do Alto Solimões* é possibilitar o processo de verticalização da produção, agregando valor e competitividade, melhorando a qualidade da produção regional, ampliando o mercado e qualificando a região para a exportação do produto.

No modelo de gestão organizacional dos Pólos, o pescador é peça central de todo o processo, participando tanto da produção, através da captura, quanto do beneficiamento e comercialização do pescado, através da sua participação nas Cooperativas Agropecuárias de Pescadores - COOPEIXE I e II.

Já foram aplicados no projeto *Pólos de Produção de Pescado na Mesorregião do Alto Solimões* R\$ 3.700 mil.



Foto: divulgação

## NAS ONDAS DO RÁDIO MESORREGIONAL DO ALTO SOLIMÕES

Em março de 2003, foi criado o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Alto Solimões, que se tornou um espaço de discussão para identificar, priorizar e encaminhar as demandas locais e, ao mesmo tempo, acompanhar a implantação dos projetos.

O Fórum, que reúne mais de 48 instituições, tem várias instâncias – Assembléia Geral, Conselho de Representantes e Comissões Setoriais – responsáveis pela articulação e integração dos atores locais, tanto governamentais (Prefeituras e Câmaras Municipais, órgãos estaduais e federais) quanto não-governamentais (organizações indígenas, de produtores rurais e extrativistas).

Por demanda do Fórum, o Ministério da Integração Nacional, em parceria com a Radiobrás (Empresa Brasileira de Comunicação) e Governo do Estado do Amazonas, implementou o Sistema de Comunicação Pública na Mesorregião do Alto Solimões.

O Sistema tem como objetivo facilitar o acesso e a disseminação de informação e, com isso, consolidar a organização social da região, o desenvolvimento econômico e social e o fortalecimento da identidade mesorregional.

A antiga Rádio Nacional AM de Tabatinga foi a base para a criação da emissora Rádio Mesorregional do Alto Solimões 670 KHz – AM, que tem, agora, raio de alcance para toda a região. Isso permite a difusão de programação regional e o intercâmbio de informações e notícias entre os municípios. Disponibiliza, também, informações nacionais para as populações desta fronteira norte do País.

Em outra vertente, a parceira com a TV Sipam e o Programa GESAC (Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão) do Ministério das Comunicações, permitiu incluir um telecentro comunitário junto à rádio, ampliando os meios a serviço do Sistema de Comunicação e dando suporte a um portal de internet para a Mesorregião.

Em uma segunda etapa do projeto, está prevista a instalação de emissoras educativas em FM nos nove municípios do Alto Solimões. Articuladas com a Rádio AM, as emissoras permitirão a ampliação das transmissões a nível local e mesorregional.

*A Rádio AM Mesorregional do Alto Solimões veio ao encontro das necessidades básicas de uma população carente de informação. É um projeto revolucionário e para quem esta par-*



*ticipando diretamente, como é o meu caso, resta-me somente o orgulho de estar escrevendo talvez o último capítulo da comunicação no Brasil. Ver o sorriso das crianças das comunidades ribeirinhas ouvindo a emissora, saber que através de informações locais estamos ajudando e transformado vidas e famílias inteiras e passar pelas ruas dos municípios e comprovar que todos acordam, almoçam, jantam e dormem com o rádio ao "pé do ouvido" compensa todo e qualquer obstáculo. Para mim, é mais do que um trabalho, mas uma missão a ser cumprida com o objetivo de transformar vidas através das ondas do rádio. Sinto-me a pessoa mais feliz do mundo em participar de algo tão grandioso."*

**Magda Calipo**

*Diretora da Rádio AM Mesorregional*

A gerente Dorotea Blos explica que "a necessidade de uma comunicação brasileira e local, em português, que falasse da realidade da região e que legitimasse a identidade cultural brasileira da população, impulsionou a criação do projeto".

**Princípios** – por ser uma emissora pública, tanto a Rádio Mesorregional do Alto Solimões quanto o Sistema têm o compromisso de não veicular propaganda ou mensagens doutrinárias de nenhuma religião, como também não transmitir nenhum tipo de publicidade de bens, serviços ou mercadorias, seja nos intervalos seja no interior dos programas. A emissora se compromete a dar voz a todos os lados envolvidos nas questões abordadas pelos noticiários e não faz promoção pessoal de governantes ou de autoridades.

Foram aplicados no Sistema de Comunicação Pública na Mesorregião do Alto Solimões, até agora, aproximadamente R\$ 1.011 mil. ▶▶

# O ontem e o hoje juntos no **desenvolvimento** social e econômico

**A** Mesorregião do Vale do Rio Acre envolve 13 municípios, sendo 11 do Acre e dois do Amazonas: Porto Acre, Acrelândia, Bujari, Senador Guiomard, Rio Branco, Plácido de Castro, Capixaba, Xapurí, Brasiléia, Assis Brasil, Epitaciolândia, Boca do Acre e Pauini. Também faz fronteira com a Bolívia e Peru.

O potencial econômico da flora da região é imensurável, tanto do ponto de vista madeireiro (madeira e látex) e da abundância de variedades de espécies produtoras de frutos para alimentação e uso industrial (açai, andiroba, camu-camu, castanha do Brasil, urucum, copaíba, cacau, bucuri, jarina, pupunha), quanto da existência de plantas medicinais e ornamentais.

Com a implantação do Programa de Desenvolvimento Sustentável, a partir de 1999, o Governo do Acre vem dinamizando a base produtiva e econômica do Estado. Os investimentos realizados foram direcionados para a ampliação da infra-estrutura rural e fortalecimento da cadeia produtiva dos principais produtos extrativistas, agrícolas e florestais.

Dentro desse mosaico de produtos regionais, a produção de aves (galinha caipira) desponta como atividade econômica de grande potencialidade, principalmente destinada ao mercado local.

## Projeto de destaque da Messorregião

Arranjo Produtivo Local da Avicultura

Arranjo Produtivo Local da Castanha-do-Brasil

Arranjo Produtivo Local do Látex

**“As unidades vão possibilitar a inserção de 100 produtores familiares no processo de gestão da produção e do abate de galinhas caipiras.”**

## MERCADO PROMISSOR

O projeto de *Fortalecimento da Avicultura na Mesorregião do Vale do Rio Acre* integra um conjunto de iniciativas no sentido de fortalecer o setor avícola no Estado e proporcionar um aumento de 14,3% na produção.

De acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o plantel avícola acreano era, em 2002, de 507.430 cabeças. Com a implantação do projeto, a expectativa é que este número cresça para 580 mil cabeças, aproximadamente.

Segundo pesquisa realizada pelo Sebrae do Acre, são comercializados no Estado 196.311 Kg de carne de frango mensalmente: 85,83% são frangos congelados, 8,25% galinha caipira importada *in vivo* de Rondônia e 3,47% de galinha caipira congelada. A produção local representa 1,91% de galinha caipira e 0,54% de galinha de granja, que corresponde a 2,45% (4.809 Kg) do total comercializado.

Apesar de a galinha caipira ser um produto de grande aceitação, é fácil perceber que a atividade não se desenvolveu no mesmo ritmo da demanda, por fatores diversos, entre eles o custo do milho.

Outros sérios obstáculos podem ser citados como elementos que dificultam o processo de criação de aves na região: a carência de estruturas eficientes para o abate e processamento de frango e a ausência de pessoal capacitado para o beneficiamento, manutenção de equipamentos e principalmente para o tratamento adequado da água e dos resíduos de forma que atendam às exigências de inspeção sanitária.

A parceria entre o governo do Estado do Acre e o Ministério da Integração Nacional tem por objetivo viabilizar a implantação de Unidades de Produção e Abate de Aves nos municípios de Xapuri, Epitaciolândia e Basiléia.

As unidades vão possibilitar a inserção de 100 produtores familiares no processo de gestão da produção e do abate de galinhas caipiras; industrializar 144 mil galinhas caipiras; melhorar os índices zootécnicos com introdução de manejo reprodutivo, sanitário e alimentar de aves



Foto: divulgação

(rações alternativas) e gerar 150 ocupações produtivas com a implantação do projeto e instalação da agroindústria.

As atividades do Projeto serão executadas nos Pólos Agroflorestais, onde a produção agrícola é diversificada (milho, mandioca, hortaliças, frutas), oferecendo condições necessárias ao desenvolvimento sustentável da atividade.

As famílias beneficiadas recebem, para iniciar a produção, 20 matrizes e dois machos além da ração necessária para alimentação dos animais durante seis meses. As raças escolhidas (Caipira, Carijó, Gigante Negra) atendem ao critério de melhor adaptação à região. Após um ano, as famílias devem devolver para a associação a mesma quantidade de animais doados que será repassada a outras famílias que venham a fazer parte do programa.

## VOLTA AO PASSADO DE GLÓRIAS

A formação econômica do Acre foi impulsionada pelo extrativismo tradicional da borracha, que permitiu considerável crescimento da economia entre as últimas décadas do século XIX e



início do século XX. No entanto, todo esse êxito foi interrompido pelo surgimento de seringais na Ásia, marcando o início de um longo período de retrocesso e estagnação, não só no Acre, mas em toda Amazônia.

Nem mesmo o incentivo à exportação da borracha amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial, garantiu estabilidade à economia regional, já que com o final do conflito a demanda internacional voltou-se novamente para os seringais asiáticos.

O processo de desaceleração da economia extrativista intensificou-se ainda mais no início da década de 70, quando um conjunto articulado de políticas públicas de desenvolvimento foi implementado para a região, incentivando dire-

tamente a pecuária extensiva em detrimento do extrativismo. Com isso, a forma de organização da produção de borracha se desestabilizou e novas formas de produção foram incentivadas. O resultado logo foi percebido e se caracterizou por seringais abandonados, preço da borracha abaixo do custo de extração e seringueiros e índios expulsos de suas propriedades.

Outra conseqüência deste processo foi um intenso êxodo rural. Os trabalhadores que ficaram nos seringais passaram a exercer atividades econômicas predatórias, tais como pecuária, extração madeireira e agricultura itinerante, que impactam o meio ambiental pela destruição da floresta.

O Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Borracha objetiva fortalecer os processos de extração, beneficiamento, diversificação e comercialização da produção de borracha e seus segmentos. Ele envolve todos os setores da cadeia produtiva - seringueiros (extrativistas), associações/cooperativas de seringueiros, usinas de beneficiamento e indústrias.

Apesar dos avanços conseguidos após a aplicação do Programa, o leque produtivo dos seringais acreanos ainda é pequeno, já que todo o látex coletado atualmente é empregado na produção da Borracha Natural Bruta (BNB).

A gerente da Mesorregião Bacia do Rio Acre, Maila Romano Villa Verde, explica que o projeto *Implantação da Fábrica de Preservativos Masculinos em Xapuri – Acre/ Logística para escoamento do Látex*, uma parceira do Ministério da Integração Nacional e o Governo do Acre, pretende ampliar os horizontes da produção uma vez que grande parte do látex coletado passa a ser centrifugado e comercializado em estado líquido o que propicia além da produção dos preservativos a confecção de outros produtos.

O projeto objetiva, ainda, consolidar a cadeia produtiva de látex coletado em seringal nativo, gerando postos de trabalho e renda para as famílias que ocupam as regiões produtivas em diversos seringais da Reserva Extrativista Chico Mendes e nas áreas urbanas do município de Xapuri. ►►

# Território e flora exuberante: atrativos para a **produção** de mel

**A** Mesorregião do Bico do Papagaio compreende 66 municípios – 25 no Pará, 16 no Maranhão e 25 no Tocantins – distribuídos em oito microrregiões, com área total de 140.109,5 Km<sup>2</sup> e com população de 1.599.598 habitantes.

A partir da década de 60, com a construção de Brasília e a abertura da rodovia Belém-Brasília, a Mesorregião passou a sofrer grandes modificações em sua base produtiva. Os programas governamentais implantados nos anos 70, como o POLAMAZÔNIA e POLOCENTRO, promoveram o aumento da fronteira econômica, acelerando o processo de modernização agrícola com a introdução de novas tecnologias. No entanto, mesmo com as iniciativas, o modelo de desenvolvimento produziu algumas seqüelas significativas como a concentração fundiária, disputas de terras e expulsão de pequenos produtores para os centros urbanos.

A extração vegetal é a atividade mais tradicional na região, especialmente a exploração de madeiras e de óleo do babaçu. A atividade madeireira, ainda que apresente um grande potencial a ser explorado, requer medidas no sentido de aprimorar as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento de forma viável. É importante lembrar que a Mesorregião possui uma grande biodiversidade e que, justamente por isso, a questão ambiental adquire uma importância capital.

**“O desafio agora é estabelecer um modelo de desenvolvimento de atividades que integre a sustentabilidade da produção rural, o beneficiamento, o armazenamento e a comercialização, respeitando os limites dos sistemas de produção da agricultura familiar e a participação dos agricultores nos processos decisórios.”**

## Projetos de destaque da Mesorregião

- Instalação de uma Unidade Experimental de bovinocultura leiteira
- Desenvolvimento Sustentável da Apicultura
- Estruturação de Unidades Produtivas de Gemas e Jóias
- Desenvolvimento Social e Econômico das Quebradeiras de Côco Babaçu
- Desenvolvimento Sustentável da Fruticultura



## PRODUÇÃO DOCE

A Amazônia, e particularmente o Estado do Pará, apresenta as condições favoráveis para se tornar grande pólo de produtos apícolas: extensa área territorial, que pode ser utilizada racionalmente para o desenvolvimento da atividade e flora diversificada. Aliado a estes fatores, o Estado do Pará vem apresentando, nos últimos anos, um aumento significativo da atividade apícola. De 2000 a 2004, a produção aumentou 300%.

O projeto *Desenvolvimento Sustentável da Apicultura* pretende promover o desenvolvimento sustentável da apicultura na sub-região do Bico do Papagaio paraense através de atividades que integrem a sustentabilidade da

produção rural, o beneficiamento, o armazenamento e a comercialização do mel. Moradores dos municípios de Pau D'Arco, Bannach, Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção, Rio Maria e Santa Maria das Barreiras são os grandes beneficiados. Os alunos das escolas e faculdades rurais próximas à região também são beneficiados já que têm à disposição, para aulas teóricas e práticas, apiários e unidade completa de processamento e envasamento de mel.

Hoje, as associações de pequenos produtores que optaram pela apicultura como alternativa de geração de renda se encontram frente ao obstáculo da verticalização da produção. Elas têm que desenvolver atividades agroindustriais, gerenciais e comerciais, em função das exigências dos consumidores, do padrão de qualidade e dos preços competitivos no mercado.

O desafio agora é estabelecer um modelo de desenvolvimento de atividades que integre a sustentabilidade da produção rural, o beneficiamento, o armazenamento e a comercialização, respeitando os limites dos sistemas de produção da agricultura familiar e a participação dos agricultores nos processos decisórios.

Segundo a gerente da Mesorregião Bico do Papagaio, Daniela Cruz de Carvalho, em 2004, primeiro ano de atividades, a produção de mel beirou a casa de seis toneladas. Em 2005, foram produzidas 15 toneladas de mel e em 2006 a expectativa é de 30 toneladas. Daniela Cruz de Carvalho completa que "com a produtividade em alta, surgiu a necessidade de aquisição de equipamentos adequados e a implantação de estrutura compatível para auxiliar as famílias na produção, certificação e comercialização. Foram solicitados recursos para ampliação e implantação do primeiro entreposto de mel e cera de abelhas da região sul do Pará." ►►

*"A minha vida mudou com a apicultura. Estou conseguindo melhorar não só a minha vida como também a vida da minha família, isso é muito bom. O Projeto é muito importante para nós, ele trouxe uma nova oportunidade para o povo de Pau D'Arco".*

**Enivaldo C. Pinheiro**

**Apicultor, morador do Projeto de Assentamento**

**Magdalena Nicolina Rivetti**

**Integrante da Associação Paudarquense de Apicultura**

# Turismo e preservação

**A** Mesorregião da Chapada das Mangabeiras possui uma população estimada em 407.411 habitantes, em uma área de 156.325 Km<sup>2</sup> distribuída entre 54 municípios de três Estados brasileiros: Tocantins, Maranhão e Piauí.

No campo geográfico e ecológico da Mesorregião, destacam-se as nascentes do rio Parnaíba e o complexo do Jalapão. A orla do Parnaíba comporta acentuada diversidade econômica com baixo grau de desenvolvimento, fato que marcou o longo período de exploração das potencialidades locais pelas populações ribeirinhas. No curso do rio, há importante hidrelétrica que abastece o Maranhão e o Piauí, geradora de energia indispensável para ambos os Estados, mas que necessita de constante vazão, o que sugere uma estratégia permanente na conservação das diversas fontes e do percurso das águas.

O complexo do Jalapão está localizado na porção leste do Estado do Tocantins, fazendo divisa com os Estados do Maranhão e Piauí. As paisagens mostram-se exuberantes por mesclar cerrado, veredas, cachoeiras, serras e dunas. O Jalapão comporta, também, praias, cascatas, cachoeiras e corredeiras - ideais para a prática de esportes como o rafting - dunas de até 40 m de altura e nascentes. Dessa forma, essa região apresenta incomensurável potencial turístico, sendo este um dos grandes setores a ser desenvolvido. O Parque Estadual do Jalapão, criado em 12 de janeiro de 2001 através da Lei nº 1.203, possui uma área de 158.885,466 hectares localizados totalmente no município de Mateiros. A UC (Unidade de Conservação) foi criada com o intuito de conservar as comunidades naturais contra a ação antrópica danosa e ordenar o desenvolvimento do ecoturismo.

A estrutura econômica dos municípios da Mesorregião da Chapada das Mangabeiras é sustentada, basicamente, por atividades ligadas ao setor primário, especialmente a agricultura e pecuária. Predomina na Mesorregião a agricultura familiar com atividades de subsistência, além de algumas frutíferas. Atividades como a apicultura tem-se mostrado bastante satisfatória, gerando emprego e renda de forma sustentável. A pecuária é outra atividade de tradicional importância, principalmente a do gado de corte, que tem, juntamente com o agro-negócio, se expandido constantemente.

Papel de singular importância tem assumido o setor de Biodiesel na Mesorregião. A cidade de Floriano recebeu a primeira fábrica da Brasil Ecodiesel, que produz o combustível utilizando-se da mamona. As perspectivas são bastante otimistas para a geração de trabalho e renda, pois o setor está em franca expansão e tem atraído importantes investimentos.

**“O projeto, que abrange as imediações da Cachoeira da Velha, a mais famosa do Estado do Tocantins, tem como objetivo aumentar o fluxo de turistas, com sustentabilidade ambiental.”**

## Projetos de destaque da Mesorregião

Arranjo Produtivo Local do Turismo

Arranjo Produtivo Local de Hortifruticultura e Mandioca

Arranjo Produtivo Local da Cachaça

Arranjo Produtivo Local da Apicultura



Foto: divulgação

A Mesorregião da Chapada das Mangabeiras é tida como a última fronteira agrícola do Brasil, apresentando grande potencial na produção de grãos, em especial soja e milho. O cerrado manifesta-se na quase totalidade do território mesorregional, mas este também apresenta perímetros com características do semi-árido nordestino. O grande destaque em ações estruturantes é a implementação da ferrovia Transnordestina, que nasce no município de Elizeu

Martins, e que será a principal porta de saída para toda a produção daquela região.

Contudo, a exemplo do que ocorre em outras partes do Brasil, a situação social existente em Mangabeiras espelha um panorama caracterizado por extrema desigualdade. A análise de alguns indicadores referentes aos setores de educação fundamental, saneamento, saúde, distribuição de renda e desenvolvimento humano evidencia um contexto no qual parte significativa da população não consegue ter acesso aos serviços sociais básicos.

Esses aspectos destacados sugerem a realização de ações que beneficiem os processos menos tecnicizados e com menor aporte de recursos de modo a conferir-lhes capacidade competitiva, permitindo a obtenção de melhores resultados no que diz respeito ao volume de produção e à qualidade deste. A realização de ações de investimento e capacitação e a criação de condições favoráveis aos empreendimentos associativos redução das desigualdades intra e inter-regionais.



Foto: divulgação

## TURISMO SUSTENTÁVEL

O território do Jalapão está localizada na porção leste do Tocantins, fazendo divisa com o Maranhão e Piauí. Ocupa uma área de 34,1 mil Km<sup>2</sup> no Estado do Tocantins, englobando oito de seus municípios: Lagoa do Tocantins, Lizarda, Mateiros, Novo Acordo, Ponte Alta de Tocantins, Rio Sono, Santa Tereza de Tocantins e São Félix do Tocantins.

O Parque Estadual do Jalapão possui uma área de 158.885,466 hectares e fica dentro da área do município de Mateiros. Foi fundado com o objetivo de preservar as comunidades naturais contra a degradação do meio ambiente e ordenar o desenvolvimento do ecoturismo.

O gerente da Mesorregião Chapada das Mangabeiras, Osvaldo de Deus Ferreira Jr, explica que “o projeto, que abrange as imediações da Cachoeira da Velha, a mais famosa do Estado do Tocantins, tem como objetivo aumentar o fluxo de turistas, com sustentabilidade ambiental, para observação e lazer do principal atrativo natural do Jalapão.”

Além disso, continua o Gerente, “pretende possibilitar o aumento da venda de produtos regionais, em especial do artesanato feito com capim dourado.”

Com recursos da ordem de R\$ 359.305,00, o projeto beneficia direta e indiretamente cerca de 100 famílias dedicadas a atividades associadas ao turismo: guia turístico, hotelaria, restaurantes, comércio e artesanato.

## CACHAÇA EM PRODUÇÃO

O *Arranjo Produtivo Local da Cachaça*, articulado com o Governo do Estado do Piauí, abrange um conjunto de pequenas agroindústrias em onze municípios do sul do Estado.



O programa busca agregar valor à produção, potencializando todo o sistema da cachaça, estruturando o setor e capacitando seus agentes. O produto é totalmente orgânico e sua elaboração está integrada a outras atividades, tais como a criação bovina para corte e leite, e ainda a ovinocaprinocultura, porque o sistema propicia o aproveitamento dos subprodutos do processamento da cana-de-açúcar.

O Projeto, no valor de R\$ 340.875,00, beneficiará agricultores dos seguintes municípios da Chapada das Mangabeiras: Alvorada do Gurguéia, Bom Jesus, Cristino Castro, Currais, Colônia do Gurguéia, Eliseu Martins, Manoel Emídio, Palmeira do Piauí, Redenção do Gurguéia, Riacho Frio e Santa Luz.

Em 2006, no âmbito do PROMOVER, foram destinados mais R\$ 200 mil para esta ação, totalizando recursos na ordem de R\$ 540.875,00. ►►

# Tecnologia na porta de casa: projeto **capacita** produtores e oferece assistência técnica

**L**ocalizada no semi-árido do Nordeste brasileiro, a Mesorregião da Chapada do Araripe compreende 88 municípios, sendo 25 municípios no Estado do Ceará, 17 municípios no Estado de Pernambuco e 46 municípios no Estado do Piauí. Possui uma área total de 382.126,11 Km<sup>2</sup> e população estimada em 4.151.298 milhões de habitantes.

Com posição estratégica, abriga em seu território o Projeto de Integração de Bacia do Rio São Francisco e o Projeto da Ferrovia Transnordestina. Por suas características, constitui-se em uma das sub-regiões selecionadas pelo Grupo de Trabalho Interministerial, criado no âmbito da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, coordenada pela Presidência da República.

A Mesorregião possui potencial para desenvolver atividades importantes. Na região destaca-se a Área de Proteção Ambiental da Chapada do Araripe, que apresenta rica diversidade ecológica, o que fundamenta o ecoturismo como atividade promissora. A Mesorregião também possui um dos três maiores patrimônios paleontológicos do mundo, o que possibilita a exploração de um segmento bastante singular do mercado turístico e da pesquisa científica.

Desta forma, vale ressaltar que estudos e diagnósticos têm indicado a importância de se trabalhar a estruturação e o fortalecimento de arranjos produtivos locais (APLs) que apresentem diferencial de competitividade como instrumento para o desenvolvimento regional. A identificação dos APLs apoiados foi fruto de trabalho de pesquisa em torno das bases de dados existentes sobre experiências desta natureza no Brasil e das opções apresentadas pelos parceiros locais, a partir das ações já desenvolvidas no âmbito local.

Como resultado deste trabalho, desde 2003 foram empreendidas diversas ações de apoio a APLs, com maior destaque para os setores de Ovinocaprinocultura, Pedra Cariri, Apicultura, Gesso, Artesanato e Turismo

## Projetos de destaque da Mesorregião

Arranjo Produtivo Local da Ovinocaprinocultura

Arranjo Produtivo Local da Pedra Cariri

Arranjo Produtivo Local da Apicultura

Arranjo Produtivo Local do Gesso

Arranjo Produtivo Local do Artesanato

Arranjo Produtivo Local do Turismo

## O ANIMAL NORDESTINO

A criação de caprinos e ovinos se constitui numa importante atividade econômica e social para a região, tanto do ponto de vista de geração de negócios quanto pela permanência do sertanejo no seu *habitat*, diminuindo o êxodo rural.

As *Unidades Móveis de Apoio e Transferência de Tecnologia para a Caprino-ovinocultura*, conhecidas como “Bodemóvel”, foram concebidas para possibilitar o acesso dos caprinovinocultores da Mesorregião da Chapada do Araripe à capacitação, difusão de tecnologias, assistência técnica e ao controle de sanidade animal do rebanho de caprinos e ovinos.

Segundo o gerente da Mesorregião, Ricardo Dias Ramagem, “as quatro unidades do ‘Bodemóvel’ que estão em funcionamento (duas vans e dois microônibus) cumprem um cronograma de visitas pré-estabelecido pelo Sebrae e pela Emater (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural). Em cada Estado (Ceará, Pernambuco e Piauí) o ‘Bodemóvel’ já atendeu, em média, 400 produtores. As unidades também capacitam técnicos especialistas e agentes de desenvolvimento rural para atuar na assistência técnica, gerencial e empreendedora.



*“O bodemóvel é de vital importância para o criador do Cariri, pois traz tecnologia que permite realizar exames dos animais, para que se possa fazer um tratamento preventivo e curativo do rebanho com mais segurança, evitando perda de animais e de dinheiro.*

*Transfere conhecimentos para o produtor, possui equipamentos modernos e técnicos capacitados para fazer e ensinar práticas importantes como casqueamento, controle de linfadenite, descorna, castração, vermifugação, teste de mamite, exame andrológico, inseminação artificial, etc.*

*Outro ponto importante é que, com o bodemóvel, nós estamos inseminando nossos animais, fazendo com que o rebanho da região melhore geneticamente e não fique defasado quando comparado com outros centros mais evoluídos.”*

**Francisco Cícero Pierre Neto**

Fazenda Sobradinho – Crato-CE



**“ As Unidades Móveis de Apoio e Transferência de Tecnologia para a Caprino-ovinocultura, conhecidas como ‘Bodemóvel’, foram concebidas para possibilitar o acesso dos caprinovinocultores da Mesorregião da Chapada do Araripe à capacitação, difusão de tecnologias, assistência técnica e ao controle de sanidade animal do rebanho de caprinos e ovinos.”**

## PEDRA ORNAMENTAL

O projeto *Aproveitamento dos Rejeitos da Pedra Cariri como Artesanatos e Artefatos Minerais de Modo Associativo* envolve os municípios de Nova Olinda, Santana do Cariri, Farias Brito e Altaneira, localizados na Mesorregião da Chapada do Araripe.

Eles foram selecionados para a implantação do projeto devido ao grande potencial mineral de dois tipos de calcário: o sedimentar laminado, também conhecido como Pedra Cariri e o cristalino, utilizado de forma rudimentar (caieiras) na fabricação da cal virgem e hidratada.

O Projeto pretende facilitar o desenvolvimento sustentável regional com a utilização correta da lavra e o beneficiamento dos calcários.

O gerente Ricardo Dias Ramagem explica que além da exploração sustentável da lavra, é de fundamental importância o manejo do material principalmente no que diz respeito a padronização no corte das pedras. "Para que a produção possa ser vendida para os grandes centros é necessário que padrões mínimos de qualidade sejam atendidos", ressalta.

Do ponto de vista técnico, os municípios de Nova Olinda e Santana do Cariri, onde o calcário sedimentar se apresenta em maior volume, são responsáveis por cerca de 15% da produção de rochas naturais ornamentais e de revestimento

*"Com a implantação do Projeto haverá uma modificação da situação atual das empresas que se caracterizam pelo micro porte, baixo nível tecnológico etc. Outra grande melhoria é diminuir o desperdício da pedra no seu beneficiamento, o consumo de água e a qualidade final do produto, ou seja, a Pedra Cariri entrará no mercado com padrões específicos de corte e calibragem, graças a implantação destas máquinas nos municípios de Santana do Cariri e Nova Olinda. Vale salientar que este projeto financiado pelo Ministério da Integração Nacional é o primeiro passo feito para melhorar o nível de renda dos produtores e que num futuro próximo a Pedra Cariri seja um ícone no mercado da construção civil no mercado no Brasil e no exterior."*

**Diretoria da Associação dos Produtores da Pedra Cariri de Nova Olinda**

do Estado do Ceará, sendo a produção da Pedra Cariri a principal atividade da economia.

A mineração da Pedra garante a permanência do homem do campo e a geração de 1,5 mil empregos diretos. 80% da economia dos dois municípios vêm da extração da Pedra Cariri. ►►



# A multiplicação dos peixes e o sucesso do bode

**A** Mesorregião do Xingó se localiza no semi-árido nordestino e engloba os Estados da Bahia, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Possui uma área total de 78.622,2 km<sup>2</sup> e população estimada em 1.764.484 milhão de habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Xingó - 0,598 - atesta a vulnerabilidade sócioeconômica da região diante do indicador nacional de 0,766 e mesmo da região Nordeste de 0,681.

Xingó tem como principais elos aglutinadores as figuras da Caatinga e do Rio São Francisco, que atravessa a Mesorregião em um trecho de aproximadamente 300 km.

O "Velho Chico" leva a figura dos barqueiros e suas carrancas típicas, pescadores artesanais e o artesanato de tradição espalhado pelas margens rio.

A Caatinga, marca registrada dos Sertões Nordestinos, está carregada da história do cangaceirismo, em que nasceu (Serra Talhada-PE) e morreu (Poço Redondo-SE/Piranhas-AL) Lampião, o Rei do Cangaço.

A Mesorregião possui diversas oportunidades econômicas como a piscicultura e a fruticultura e atividades de ovinocaprinocultura e apicultura.

As várzeas do São Francisco permitem à região de Cabrobó concentrar quase 80% da produção de arroz de Pernambuco. Delmiro Gouveia (AL) e Tobias Barreto (SE) constituem-se em dois grandes pólos de têxteis e confecções.

As belas paisagens, os cânions do São Francisco e a cativante cultura local fazem do roteiro cultural de Jatobá (PE), passando por Paulo Afonso (BA), Canindé do S. Francisco (SE) e Piranhas (AL) uma excelente opção de turismo e lazer.

Contudo, todo esse potencial de geração de riqueza destoa da grande pobreza presente na Mesorregião, o que levou a uma necessidade de ação concentrada do Ministério da Integração Nacional visando a diminuir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento da Mesorregião de Xingó.

**“O bode se constitui num ícone de desenvolvimento da região e, para tornar mais eficiente a produção dos diversos produtos oriundos do animal, vários projetos estão em desenvolvimento de forma interativa”**

## Projetos de destaque da Mesorregião

- Arranjo Produtivo Local da Ovinocaprinocultura
- Arranjo Produtivo Local da Aqüicultura
- Arranjo Produtivo Local da Fruticultura
- Arranjo Produtivo Local do Artesanato
- Arranjo Produtivo Local do Sisal
- Arranjo Produtivo Local da Apicultura
- Arranjo Produtivo Local da Bovinocultura de Leite

## O VENCEDOR DO SEMI-ÁRIDO

O bode, animal típico do semi-árido nordestino, é a vedete dos programas de desenvolvimento do Ministério da Integração Nacional na Mesorregião do Xingó.

Lá, os produtores têm, além do serviço do “Bodemóvel”, a capacitação para o tratamento do couro do animal. Está sendo construído um curtume em Floresta (PE), local que concentra o maior rebanho caprino do Estado.

O gerente da Mesorregião do Xingó, Vitarque Lucas Paes Coelho, explica que o bode se constitui num ícone de desenvolvimento da região e, para tornar mais eficiente a produção dos diversos produtos oriundos do animal, vários projetos estão em desenvolvimento de forma interativa. “Além do ‘Bodemóvel’, que está em pleno funcionamento, e do curtume que deve ser inaugurado até o final de 2006, também temos o projeto de Segurança Alimentar para o Rebanho de Caprinos e Ovinos. Ele se baseia no uso de plantas adaptadas às condições do semi-árido, como a palma forrageira, para a alimentação do rebanho”, explica o Gerente.



*“A caprinovinocultura em Floresta (PE), um dos grandes potenciais de geração de renda e empregos, ganha impulso com investimentos públicos e privados. O rebanho de Floresta, caracterizado pela criação extensiva, possui aproximadamente 300 mil cabeças de caprinos e ovinos, ocupando o primeiro lugar em Pernambuco. Além do projeto Bode-Móvel iniciado em 2005, três grandes projetos estão sendo implantados em parceria com a Cooperativa dos Criadores de Caprinos e Ovinos - COOPERCAPRI, com o objetivo de explorar a vocação da região: o curtume vegetal de peles caprinas e ovinas, o melhoramento nutricional e genético do rebanho e a implantação de frigorífico e logística de transporte para animais vivos e abatidos. Os projetos contam com recursos do Ministério da Integração Nacional, Sebrae, Embrapa Semi-Árido e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, com parcerias dos Governos Estadual e Municipal.”*

**Edmir Manoel de Souza**  
COOPERCAPRI - Presidente



## PEIXE E MAIS PEIXE

A disponibilidade hídrica dos grandes reservatórios de Xingó e Itaparica traz a oportunidade da exploração da piscicultura na Mesorregião, com ênfase na expressiva produção de Paulo Afonso (BA).

Vitarque Lucas Paes Coelho ressalta que está em andamento a implantação de uma Unidade de Processamento de Pescado que objetiva, além de fortalecer a estrutura da produção com atendimento às exigências da inspeção sanitária, agregar valor no beneficiamento de peixes cultivados em tanques-rede. “O Projeto também tem por meta a diversificação da oferta do produto através da produção de cortes nobres, por exemplo”, completa.

Quando ficar pronta, a Unidade vai beneficiar dois mil quilos de tilápia por dia, num trabalho que deve absorver a mão-de-bra de 420 famílias de produtores de peixes.

Já no Centro de Desenvolvimento e Difusão de Tecnologia em Aqüicultura, que está sendo construído, será possível transferir conhecimentos técnicos e processos produtivos para a expansão da educação profissional, capacitação de mão-de-obra local e aprimoramento tecnológico. ►►



**“Quando ficar pronta, a Unidade vai beneficiar dois mil quilos de tilápia por dia, num trabalho que deve absorver a mão-de-bra de 420 famílias de produtores de peixes”**



*“Com a implantação da Unidade de Beneficiamento – Paulo Afonso (UB – PA) no povoado do Xingozinho teremos condições de atingir novos mercados consumidores uma vez que a UB – PA terá SIF possibilitando aos pequenos produtores uma melhor remuneração pelo seu produto final, pois poderemos agregar valor a nossa tilápia (filé, postas, inteiro eviscerado) podendo assim comercializá-la em feiras livres, e redes de supermercados, hotéis e restaurantes.*

*Destaco também a iniciativas dos parceiros locais (Bahia Pesca, FAPESB, CODEVASF, Sebrae, UNEB, BNB, BB e COOMAPA) que estão atuando de forma integrada e visualizarão nas ações do MI uma oportunidade para otimização de recursos e realização ações focadas em resultado como é o caso do Sebrae que disponibilizou uma ótima ferramenta de gestão e acompanhamento que é o SIGEOR.”*

**João Alberto Bezerra dos Santos**  
Presidente da COOMAPA Cooperativa  
Mista Agropecuária de Paulo Afonso

# A tradição e a **modernidade** para o desenvolvimento

**A** Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri abrange uma área de 111.653,63 Km<sup>2</sup>, congregando 105 municípios dos Estados de Minas Gerais, extremo sul da Bahia e norte do Espírito Santo.

A população estimada é de 2.073.136 de habitantes, concentrando-se fortemente nos principais núcleos urbanos da Mesorregião: São Mateus, no Espírito Santo; Teófilo Otoni, em Minas Gerais; e Porto Seguro, Eunápolis e Teixeira de Freitas, na Bahia.

A população total da Mesorregião corresponde a 1,11% do total da população brasileira e, deste total, 55,4% encontram-se distribuídos nas microrregiões de maiores densidades.

A baixa qualificação, revelada pelos baixos índices de escolaridade dos trabalhadores e da população em geral, repercute na pequena participação do setor da indústria, seja extrativa mineral, que é mais importante na porção mineira da Mesorregião, seja na indústria de transformação, o que inviabiliza, ao menos em curto prazo, uma mudança no seu padrão de produção.

O nível de organização da sociedade civil é bastante desigual e não há como se prescindir de um período de aprendizado, em que se identifiquem instituições parceiras, prioridades de campo, formas adequadas de atuação e que se desenvolvam convenções que permitam bom fluxo de informações. A principal diretriz apresentada é o estímulo ao desenvolvimento de projetos integrados. Dessa forma, instituições com experiência de trabalho na região podem contribuir com outras em formação, ao mesmo tempo em que se aumenta a eficiência do gasto federal e se promove uma cultura de integração e de colaboração.

## Projetos de destaque da Mesorregião

Fortalecimento de Pólos Moveleiros

Arranjo Produtivo da Fruticultura no extremo sul da Bahia

Desenvolvimento da Aqüicultura e Piscicultura

Desenvolvimento da Apicultura

Arranjo produtivo da Cachaça de Alambique

Projeto de Gemas e Artefatos de Pedras

Projeto de Mandiocultura no extremo sul da Bahia

Desenvolvimento da Fruticultura Irrigada

**“A Escola de Mestre de Alambiqueiro instrui os produtores da região para a produção de cachaça em escala industrial, promovendo a capacitação profissional e básica da região, além de prestar serviços tecnológicos em cachaça de alambique.”**

## MÓVEIS PARA TODOS: DE PROJETO SOCIAL A SETOR ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

Nos municípios de Eunápolis (BA) e Turmalina (MG) existe uma plantação de aproximadamente 60 mil hectares de eucalipto, constituindo-se num lugar ideal para a implantação de um pólo moveleiro que fortaleça a cadeia produtiva na região, a partir de mão-de-obra dos pequenos produtores.

O projeto de *Desenvolvimento do Arranjo Produtivo de Madeira e Móveis dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri*, prevê, para o Pólo Moveleiro de Turmalina, a instalação de oficina de prototipagem, implantação de núcleo de informações estratégicas de madeira e móveis, implantação de Oficina de Design e escola para formação de mão-de-obra que abrange os municípios de Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Itamarandiba, Leme do Prado, Minas Novas e Veredinha, beneficiando 50 micro e pequenas empresas, gerando 350 empregos diretos.

Em Eunápolis, foi concluída a primeira etapa do CEPROM – Centro Eunapolitano de Produção Moveleira – que vai beneficiar 21 municípios do extremo sul da Bahia, com maquinário de última geração, especialização de técnicos, equipamentos de informática, eletroeletrônicos e mobiliário.

Segundo o gerente da Mesoregião dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, Romário Farney Pinheiro de Oliveira, com a instalação do pólo moveleiro devem ser criados aproximadamente 300 novos empregos e o conhecimento sobre madeira e *móveis disseminados*.

Ele acrescenta que o maquinário tem tecnologia para fazer, em poucas horas, peças que levariam dias para serem terminadas. “Estão sendo instaladas, por exemplo, máquinas que fazem oito cadeiras em quatro minutos e 800 portas por dia. Com elas a produção extrapola o nível artesanal e entra, definitivamente, no nível industrial, saindo de projeto social para uma atividade econômica sustentável, que traduz o profissionalismo de um setor que preserva a natureza e esbanja criatividade, ousadia e vontade de crescer”.



## A BEBIDA QUE GERA LUCRO E DESENVOLVIMENTO NOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

O primeiro passo para transformar a Mesoregião do Vales do Jequitinhonha e do Mucuri numa grande produtora de cachaça de alambique nasceu da iniciativa do Ministério da Integração Nacional, Mesovales e o Sistema FIEMG. Pela primeira vez no Brasil, foi implantada uma escola profissional do Sesi/Senai no município de Araçuaí/MG, considerada uma micro-região com baixa atividade industrial.

A Escola de Mestre de Alambiqueiro instrui os produtores da região para a produção de cachaça em escala industrial, promovendo a capacitação profissional e básica da região, além de prestar serviços tecnológicos em cachaça de alambique. Para tanto, foram disponibilizados laboratórios fixo e móvel onde são realizadas análises e pesquisas para garantir parâmetros de qualidade dos produtos gerados.

O agronegócio da cachaça exerce relevan-



te papel na economia agrária local, que abriga 22,14% dos estabelecimento produtores de Minas Gerais.

O Arranjo Produtivo da Cachaça de Alambique pretende organizar a cadeia produtiva da cachaça identificando e solucionando os principais problemas da dinâmica de negócios do setor, além de contribuir para a competitividade e estimular o cooperativismo.

Uma das cooperativas já beneficiadas com o projeto é a Cachaçaboa (Cooperativa de Produção de Cachaça de Alambique de Araçuaí e Região) que obteve do Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) um financiamento de R\$ 1,89 milhão. A Cooperativa é a primeira do setor de cachaça a receber recursos do Programa de Investimentos Coletivos Produtivos (Proinco).

O dinheiro será aplicado na ampliação da produção e no aprimoramento da qualidade da cachaça produzida pelos cooperativados de

Araçuaí. O financiamento também vai permitir a criação de 192 empregos diretos e indiretos.

Outra cooperativa atuante na região é a Coprocaje (Cooperativa dos Produtores de Cachaça de Alambique do Baixo Jequitinhonha).

As duas cooperativas pretendem produzir até o final de 2006, 770 mil litros de cachaça de alambique.

Romário Farney Pinheiro de Oliveira explica que o incentivo ao cooperativismo tem razões bem simples mais fundamentais. “Antes de constituírem sua cooperativa, os produtores eram obrigados a vender a produção aos atravessadores por um preço vil – R\$ 0,90 por litro. Hoje, econômica, política e socialmente mais fortes, eles vendem à Cachaçaboa toda a produção por um preço bem melhor – R\$ 1,50 por litro. Os cooperativados pretendem, até 2009, aumentar a produção dos atuais 400 mil litros/ano para 1,2 milhão de litros/ano.” ►►

## Frutas na **balança** social

**A** Mesorregião Itabapoana está localizada na divisa entre os estados do Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro e ocupa uma área 14.642 Km<sup>2</sup>, abrigando uma população de 854.138 habitantes. É constituída por 31 municípios com grandes desigualdades a nível espacial e graves problemas sócio-econômicos. Apesar das adversidades, tem um grande potencial de desenvolvimento, principalmente em algumas cadeias produtivas.

*A agricultura familiar predomina na região e tem como exploração principal a cultura do café. O fortalecimento e a diversificação das atividades agrícolas nos municípios do Itabapoana são uma oportunidade para o desenvolvimento da região.*

*Um segmento viável é a fruticultura em razão do aumento da demanda de frutas frescas e industrializadas tanto no mercado nacional quanto no internacional.*

*A região encontra-se a cerca de 280 Km do segundo maior mercado de consumo do país, o Rio de Janeiro, e a cerca de 500 Km de outros grandes centros de consumo, como São Paulo, Belo Horizonte e Vitória. O mercado fluminense é um grande importador de produtos hortifrutícolas. Cerca de 80% do valor das frutas comercializadas no Ceasa-RJ são importadas de outras regiões.*

*A concepção da produção em pólos, além de viabilizar a produção de frutas em escala, potencializa e organiza as ações de assistência técnica, o direcionamento do fomento, através de crédito agroindustrial e de insumos. Promove, ainda, a diversificação agrícola e de renda para os agricultores de base familiar.*

**“Em julho de 2006, 40 produtores rurais participaram de uma excursão técnica a uma área de cultivo de pêssego em Barbacena (MG) onde puderam entrar em contato com o cultivo da fruta e trocar experiências.”**

### Projetos de destaque da Mesorregião

Arranjo Produtivo Local da Piscicultura  
Arranjo Produtivo Local da Fruticultura  
Arranjo Produtivo Local da Apicultura

## CULTIVO DE FRUTAS

A Mesorregião Itabapoana apresenta ampla variação ecológica, o que possibilita atividades agrícolas diversificadas. Entretanto, a cafeicultura ocupa 55,4 % da área agricultável, deixando a maioria dos produtores dependentes das variações do preço do café. A implementação e diversificação das atividades agrícolas com sistemas produtivos de frutíferas reduzem a dependência local do café e cria novas oportunidades de emprego e renda. Para atingir este objetivo, ou seja, criar sistemas produtivos de frutas, foi firmado em 2004 convênio entre o Ministério da Integração Nacional e o Governo do Estado do Espírito Santo. Estão sendo implementados sistemas de produção e lavouras demonstrativas de frutas; 1200 produtores rurais e 300 técnicos de extensão foram capacitados; foram fornecidas mudas; implantadas 12 unidades de demonstração de maracujá, morango, banana, côco, abacaxi, manga ubá e goiaba.

Em 2005, em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN, foram firmados mais dois convênios visando dar um caráter mesorregional às atividades que estão sendo desenvolvidas no Espírito Santo.

As ações em andamento nos municípios do Estado do Rio de Janeiro são: atendimento tecnológico coordenado por especialistas dos setores público ou privado; introdução da cultura do pêssego; transferência de tecnologia para orga-

nização da produção; capacitação para a gestão da produção e da comercialização do abacaxi *in natura* e planejamento e administração da produção por associações de produtores com orientação de profissionais qualificados.

Em julho de 2006, 40 produtores rurais participaram de uma excursão técnica a uma área de cultivo de pêssego em Barbacena (MG) onde puderam entrar em contato com o cultivo da fruta e trocar experiências. Um dos produtores, Marcos Menin, morador da comunidade de Fortaleza - 3º Distrito de Santa Clara, Porciúncula (RJ), está sendo apoiado pelo projeto de pêssego e já recebeu 560 mudas, adubo e preparo de solo. As mudas já estão plantadas e ocupam 1,5h de terra.

Já no projeto de modernização da comercialização da cultura do abacaxi a transferência é o grande destaque para o monitoramento de pragas e doença do abacaxi. Além da adoção do “caderno de campo”, as lavouras estão sendo monitoradas por técnicos especializados para oferecer soluções e melhorar a qualidade do abacaxi. ▶▶▶

*“Entendo que com a diversificação das atividades a cultura do pêssego poderá se transformar numa nova e expressiva fonte de renda para os produtores de nossa região.”*

**Marcos Menin**

*Produtor de pêssego*

*Porciúncula/RJ*

*“Só para não dizer, que só falo de problemas, vou dar notícias boas da lavoura. Graças a Deus depois de tanto penar, a lavoura está linda, produzindo razoavelmente bem e com frutos bonitos e doces. Estamos vendendo toda produção direto ao consumidor, temos encontrado uma excelente aceitação do produto por ser sem agrotóxicos.”*

**Isabel R. B. Louzada**

*Produtora de Morango de Guaçuí/ES*



# Verticalização da economia regional

**A** Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba estrutura-se a partir da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e do Complexo Estuarino Lagunar de Iguape, Cananéia e Paranaguá. É composta por 39 municípios do sudeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná e abriga aproximadamente 829.296 habitantes. A região com área de aproximadamente 29.925,23 Km<sup>2</sup>, apresenta densidade demográfica de 25,30 hab./km<sup>2</sup> e IDH de 0,704.

Os municípios que compõem a Mesorregião estão distribuídos em três porções diferenciadas: serrana, litorânea e do eixo da BR-116, principal via de acesso à região. Do ponto de vista viário, além da BR-116 que percorre 340 Km da Mesorregião, mais duas rodovias federais promovem a integração mesorregional, a BR-277 no segmento sul da porção paranaense, que liga Curitiba a Paranaguá e a BR-476 que liga Curitiba ao município de Adrianópolis (PR) e, este, ao de Apiaí (SP).

O Vale do Ribeira permanece pouco habitado e mantém parte do seu ambiente natural preservado. Nele, a história ficou gravada em remanescentes de quilombos; nos desvios dos rios pelos jesuítas na busca por ouro; nas minas subterrâneas com seus labirintos a percorrer o interior da terra; nos monumentos importantes das épocas áureas do ciclo do ouro e na cultura da erva-mate, do arroz e do chá. O complexo rizicultor escravista do Vale do Ribeira paulista teve decadência concomitante à do Vale do Paraíba, entretanto, a crise foi mais grave, em razão da dificuldade de transportes.

Trata-se de uma área repleta de unidades de conservação ambiental e destaca-se no cenário nacional pela riqueza de recursos minerais e por ser a região que conserva o maior remanescente contínuo de Mata Atlântica. O sistema de drenagem é comandado prioritariamente pela Bacia Hidrográfica do rio Ribeira de Iguape e secundariamente pela vertente Atlântica (baías de Paranaguá e Antonina no Paraná) e pelos rios que deságuam no oceano ou em estuários, em São Paulo.

Do ponto de vista econômico, merecem destaque as atividades agrícolas para as culturas da banana e tangerina e as atividades pecuárias de rebanhos bovino e bubalino, que encontram-se em expansão e, há 6 anos, ambos já atingiam a cifra próxima de 230 mil cabeças. As culturas temporárias de tomate e milho são

**“Os setores de fruticultura e processamento vegetal receberam maior atenção dos atores governamentais em função das potencialidades de retorno econômico a curto e médio prazo.”**

## Projetos de destaque da Mesorregião

- Fortalecimento da Maricultura
- Fortalecimento da Hortifruticultura
- Fortalecimento do APL Madeira e Móveis
- Fortalecimento do Turismo
- Fortalecimento de Agroindústrias Familiares



as mais expressivas e concentram-se na área serrana. Entre as culturas permanentes merecem destaque a tangerina, marcadamente presente na área serrana e ao longo da BR-116, onde também se destacam as culturas de banana, caqui e maracujá.

A caracterização sócio-cultural e geoeconômica da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba sinaliza a existência de um enclave de estagnação econômica e baixo desenvolvimento social, em um espaço físico marcado pelo intenso verde de um dos mais ricos e ameaçados biomas do planeta, fato este que a configura como uma área bastante complexa e frágil para todas as modalidades de uso e ocupação e demonstra ser imprescindível que os problemas identificados sejam tratados de forma conjunta entre os setores públicos, privados e a sociedade civil, potencializando o capital social e natural para o desenvolvimento e conseqüente redução das desigualdades.

## INDÚSTRIA PARA O CRESCIMENTO

A Mesorregião do Vale do Ribeira/Guaraqueçaba apresenta potencialidades e barreiras para o desenvolvimento sustentável. Pesquisas e diagnósticos realizados na Mesorregião demonstram que muitas ações podem ser empreendidas no sentido de se obterem melhorias para a qualidade de vida da população nas áreas social, econômica e ambiental, a partir dos recursos naturais disponíveis e dos mecanismos institucionais existentes.

Esses diagnósticos revelam que a maioria dos municípios do Vale do Ribeira têm características rurais e suas economias são provenientes basicamente de atividades agropecuárias.

Ao longo dos últimos anos, a criação de pequenas agroindústrias como mecanismo de industrialização e comercialização da produção foi incenti-

**“Noventa por cento da área cultivada nos municípios do médio Vale do Ribeira são ocupadas pela bananicultura em propriedades de agricultura familiar. Para garantir o desenvolvimento da região está sendo implantada uma Unidade Agroindustrial de Fruticultura.”**



*“Em torno de 400 agricultores serão beneficiados com este Projeto. A ampliação da climatizadora atenderá a demanda crescente de aproximadamente 250 bananicultores e temos grande expectativa de aumento de 30% no volume de produção de banana, que será transformada, e de 70% no valor do produto a partir do funcionamento da agroindústria. Além disso, no caso das palmáceas, que serão envasadas no outro galpão, deverá ocorrer um aumento de 30% no valor do produto que hoje é absorvido pelo atravassador e se reverterá em favor dos produtores.”*

**Juarez Santos da Costa**

Presidente da Associação de Produtores de Hortigranjeiros do Litoral (Prohorta)

vada. Contudo, o modelo adotado ainda requer padronização que permita inserção dos produtos nos mercados consumidores. Para alcançar os resultados desejados é necessária a obtenção de escala e qualidade de produção.

Os setores de fruticultura e processamento vegetal receberam maior atenção dos atores governamentais em função das potencialidades de retorno econômico a curto e médio prazo.

Encontram-se em fase de instalação unidades de processamento vegetal para seleção, processamento e conservação em vidros (milho e palmito), nas quais estão sendo realizadas obras de ampliação da infraestrutura e aquisição de equipamentos. A readequação das unidades permitirá a absorção da produção de matéria-prima originária de diversos municípios e cerca de 800 agricultores de Associações de Produtores Rurais, de Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Cooperativas de âmbito regional, pertencentes aos municípios de Apiaí, Ribeira, Iporanga, Eldorado, Morretes, Antonina, Paranaguá e Guaraqueçaba serão beneficiados pelo projeto.

## FRUTAS E PROGRESSO

Noventa por cento da área cultivada nos municípios do médio Vale do Ribeira são ocupadas pela bananicultura em propriedades de agricultura familiar. Para garantir o desenvolvimento da região

está sendo implantada uma Unidade Agroindustrial de Fruticultura.

As linhas de produção que utilizarão a banana como matéria-prima vão fornecer polpa, biomassa e doce em barra (mariola). Como o processo de produção do doce deve gerar uma quantidade considerável de toneladas de ingaço, que eventualmente seria descartado, o Projeto prevê a criação de um processo de aproveitamento de resíduos para produção de fibra para confecção de papel polpa moldada. Além disto, estão em andamento obras para ampliação de galpão para classificação, padronização, acondicionamento em embalagens e comercialização de maracujá produzido por aproximadamente 200 agricultores, bem como será instalada uma unidade climatizadora de banana no município de Juquiá.

A gerente da Mesorregião, Ana Maria Ferreira Leite, explica que a previsão, após a instalação total do Projeto, é de que haja um aumento de 100% no volume de industrialização da banana passando de 25 toneladas/ano para 52 toneladas/ano. "Também serão produzidos 1.267 toneladas/ano de polpa, 290 toneladas/ano de biomassa e doce de banana e 1.200 kg de ingaço que será transformado em papel", ressalta.

Ela afirma, ainda, que cerca de 300 famílias de produtores rurais devem se beneficiar após o término da construção da unidade de processamento com a criação de 195 empregos diretos e indiretos. ▶▶



# Cultura, artesanato e peixe: transformando a realidade

**A** Mesorregião de Águas Emendadas abrange uma área de 191.063,05 Km<sup>2</sup>, congregando 99 municípios dos Estados de Minas Gerais, Tocantins e Goiás. A população é de 2.075.649 habitantes.

Tem como característica física marcante o fato de situar-se numa região de junção de três grandes bacias hidrográficas: Bacia do Tocantins, Bacia do Prata e Bacia do São Francisco e de uma rica beleza cênica proporcionada pela existência de Parques Naturais e sítios históricos e culturais, como o Sítio do Patrimônio Histórico e Reserva Cultural Kalunga.

A mudança da capital do país para Brasília, no início da década de 60, e a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste, ao longo das últimas décadas, trouxeram nova dinâmica sócio-econômica para a Mesorregião que tem atraído fluxos migratórios significativos, basta lembrar que a área do entorno do Distrito Federal apresentou, apenas na década de 90, um crescimento populacional da ordem de 65%.

Assim, a Mesorregião apresenta, hoje, um caráter predominantemente urbano, o que tem como consequência uma pressão crescente sobre a oferta de serviços de infra-estrutura social básica, como saneamento, abastecimento de água, educação e saúde.

Fortemente influenciada pela dinâmica econômica do Distrito Federal, a economia da Mesorregião de Águas Emendadas tem nos setores agropecuário e de serviços os mais importantes.

## Projetos de destaque da Mesorregião

Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos de Artesanato Veredas e Urucua Grande Sertão  
Organização e Apoio ao Arranjo Produtivo Local de Confecções de Jaraguá  
Implantação da Central de Agronegócio de Fruticultura – industrialização do maracujá - São Patrício/GO  
Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável da Região do Arranjo Produtivo Local - APL da Reserva da Biosfera Goyaz  
Organização e Apoio ao Arranjo Produtivo da Piscicultura

**“A piscicultura, no entanto, demonstrou que é possível associar desenvolvimento com conservação e recuperação ambiental.”**

O segmento do ecoturismo tem um potencial destacado principalmente no Lago de Serra da Mesa, São João d'Aliança (GO) e Nova Roma (GO) que compõem a Chapada dos Veadeiros e regiões quilombolas, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas, em Formoso (MG), os municípios de Guarani de Goiás e São Domingos (GO) vizinhos ao Parque Estadual de Terra Ronca.

No setor agropecuário destacam-se a produção de grãos em grandes estabelecimentos agrícolas, com a incorporação de investimentos significativos em modernização.

### A PISCICULTURA NO VALE DO URUCUIA

A região denominada de Vale do Urucuia/ Grande Sertão Veredas pode ser considerada modelo na promoção do desenvolvimento regional. Formada por onze municípios do Noroeste mineiro possui como principal ferramenta de articulação social a Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Vale do Rio Urucuia (Adisvru). Com o apoio do Ministério da Integração Nacional, a Agência desenvolve várias ações (mandiocultura, artesanato, frutos do cerrado), a realidade da região.

A piscicultura, no entanto, demonstrou que é possível associar desenvolvimento com conservação e recuperação ambiental. Por isso foi criado o projeto de *Piscicultura no Vale do Rio Urucuia*. O Projeto, que atende aos municípios de Arinos, Buritis, Chapada Gaúcha, Paracatu, Riachinho e Urucuia, proporciona aos empreendedores rurais e aos pescadores artesanais alternativas de renda e emprego e de diversificação da produção agropecuária.

Para o gerente da Mesorregião, Agnaldo Moraes da Silva, o Projeto também objetiva o cultivo de peixes nativos. "Parte da produção será destinada ao povoamento de rios e de lagoas para complementar a alimentação das populações rurais", ressalta.

Já foram realizados cursos de capacitação e qualificação para os gestores municipais, dirigentes e técnicos de associações de produtores/aqüicultores; realizados seminários de sensibilização

A região do Vale do Urucuia encontra-se na trijunção dos Estados de Minas Gerais, Goiás e Bahia. Por ser uma região de fronteira reconhecida como região pobre caracterizada pelo seu IDH de 0,63 (média). Desta forma foi incluída como área pri-



oritária pelo Ministério da Integração Nacional. Para tanto, foi pensado um projeto intitulado "PROJETO URUCUIA GRANDE SERTÃO" tendo este, o Ministério como propulsor e apoiador, que hoje conta com três cadeias produtivas financiadas pelo mesmo, sendo elas: o artesanato, a mandiocultura e a piscicultura (tecnologia em tanque rede e viveiros); e ainda a implantação de dois eventos de capacitação do Programa PRODUZIR nos municípios de Urucuia e Buritis. O artesanato busca valorizar a cultura e as tradições locais, resgatando os ofícios (fiação, tecelagem, tingimento e bordado), valorizando as cores do cerrado e gerando renda, sem no entanto, agredir o meio ambiente. Atualmente este projeto conta com a incluso efetiva de 300 associadas, gerando uma renda de cerca de R\$ 350,00/mês (trezentos e cinquenta reais) para cada artesão. No APL da mandiocultura o Programa PRODUZIR capacitou 80 agricultores familiares e está desenvolvendo produtos tais como farinha e outros derivados, através do aproveitamento integral da planta, que, além de servir de alimento para as famílias e animais, ainda gera excedentes com agregação de valor, e consequentemente aumento de renda e elevação da auto estima dos envolvidos no projeto.

A piscicultura beneficia atualmente direta e indiretamente cerca de 3.000 pessoas, e em seu primeiro ciclo de produção foram colhidos 2,5 toneladas de peixes.

Com a participação do Ministério da Integração Nacional, primeira instituição a apoiar o projeto em função do contraditório social existente, região rica com muita gente pobre, está se desperdando e sendo reconhecida pelos governantes.

**Irene Gomes Guedes**

Vale do Rio Urucuia

de associações de produtores/aqüicultores para o desenvolvimento, e implantadas seis unidades demonstrativas. Numa segunda etapa, serão ampliadas as unidades demonstrativas de produção de peixe com a aquisição de 55 tanques-redes;

custeados um ciclo de produção das unidades demonstrativas, além da construção de uma unidade de processamento de pescado no município de Arinos.

O Projeto de *Apoio à Implantação da Aqüicultura na Região do Rio Urucuia e Paracatu*, pretende proporcionar aos empreendedores rurais, entre os quais agricultores familiares e assentados da reforma agrária, o conhecimento de novas tecnologias para a produção de peixes em cativeiro.

## FONTE CULTURAL

O projeto de *Apoio ao Desenvolvimento dos Pólos de Artesanato Veredas e Urucuia/ Grande Sertão* tem por objetivo a estruturação, fortalecimento e integração dos núcleos de produção artesanal para desenvolvimento das capacidades de compatibilizar tradição com modernidade, gerando trabalho, empregos e aumento da renda das famílias artesãs.

O foco de atuação do projeto atende diretamente os municípios de Arinos (Sagarana), Chapada Gaúcha (Serra das Araras), Riachinho, Uruana de Minas e indiretamente os municípios de Bonfinópolis de Minas, Buritis, Formoso, Pintópolis, São Romão e Urucuia da microrregião Urucuia Grande Sertão.

Através de avaliação do artesanato no Vale do Rio Urucuia foi detectada a necessidade de fortalecimento das associações de artesãos no que se refere à gestão, infra-estrutura e canais de acesso ao mercado.

No fortalecimento dos núcleos na produção artesanal, o projeto possibilitou a aquisição de painéis de inox, tachos de cobre, tambores, extintores de incêndio, tecido artesanal, caixas de papelão, fitas, dedal, dentre outros equipamentos.

No acesso a mercado, o Ministério da Integração Nacional possibilitou a confecção de folders, catálogos de produtos, cartazes, banners e a participação dos grupos em feiras e exposições locais, regionais e nacionais. ►►

**“Através de avaliação do artesanato no Vale do Rio Urucuia foi detectada a necessidade de fortalecimento das associações de artesãos no que se refere à gestão, infra-estrutura e canais de acesso ao mercado.”**



## Capacitação **industrial** e agrícola

**A** Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, que abrange o norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina e o sudoeste do Paraná, localiza-se em área de fronteira com a Argentina e compreende 381 municípios, com área total de 121 mil Km<sup>2</sup> e população de 3,7 milhões de habitantes. Apesar de se constituir numa mesorregião de ocupação antiga, tem grau de urbanização relativamente baixo em relação ao resto do País, em torno de 65%, concentrando parcela significativa da população na zona rural.

O empobrecimento financeiro e social decorrentes da dificuldade de inserção da pequena propriedade rural no mercado e as precárias condições de moradia são fatores que causam uma baixa absorção de mão-de-obra e a retenção da população, gerando o êxodo rural e emigração regional.

Apesar da existência de alguns centros industriais na Mesorregião, a agropecuária e a agroindústria se constituem a base da estrutura produtiva. As características sócio-culturais, políticas e geoeconômicas da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul deixam perceber que, apesar do grande potencial de desenvolvimento, é necessário que os problemas econômicos e sociais sejam tratados via parceira entre o poder público, setor privado e organizações da sociedade civil, visando a diminuição dos desníveis sociais.

A atuação na Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul tem como objetivos definir diretrizes, estratégias e prioridades para o desenvolvimento da área de acordo com sua realidade, limites e potencialidades, orientados para sua inserção competitiva no mercado local, regional, nacional, global e, principalmente para uma integração intra e interregional sustentável.

**“Estas empresas sofreram as conseqüências da falta de renovação tecnológica que possibilitaria uma melhor inserção de seus produtos e serviços nos mercados locais, regionais e nacional.”**

### Projetos de destaque da Mesorregião

Fortalecimento de Agroindústrias Familiares  
Desenvolvimento do APL de Móveis  
Sinalização Turística na Região das Missões Jesuíticas  
Fortalecimento da Piscicultura  
Fortalecimento da Vitivinicultura  
Lapidação e Artesanato Mineral  
Apoio a Setor Lácteo



## MÓVEIS DE QUALIDADE

O Estado de Santa Catarina tem mostrado, ao longo de sua história, a vocação de grande produtor e exportador. Com apenas 1,13% do território nacional, ocupa o 5º lugar entre os estados brasileiros que lideram o ranking das exportações. A região Oeste, sempre caracterizada pela produção da agroindústria, busca a diversificação da matriz produtiva, criando mecanismos de maior dinamismo. Dentro deste contexto, e buscando um incremento nas exportações do setor madeira-móveis do oeste catarinense, o Sebrae de Santa Catarina realizou um diagnóstico nas empresas do setor madeira-móveis, distribuídas em 86 municípios, integrantes da Mesorregião da Grande Fronteira do Mercosul. O estudo apontou como deficiências o baixo nível de incorporação tecnológica, tanto no processo de fabricação como no de produtos, bai-

*“A principal característica da indústria moveleira do oeste catarinense é o predomínio das micro e pequenas empresas. O projeto apoiado pelo Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Sebrae/SC tem como foco estas empresas e proporciona conhecimento e acesso a diferentes mercados e modernos processos produtivos. Esse aspecto criou condições para manutenção do tecido social, pois atua como importante elemento de fixação dos empresários no setor e, principalmente, na própria região oeste de Santa Catarina.”*

**Arildo Metzger Jacobus**

Gestor do Pólo Moveleiro Sebrae/SC

xa qualificação de mão-de-obra, baixa utilização de práticas de gestão e equipamentos ultrapassados.

Para minorar as dificuldades, o Ministério da Integração Nacional e seus parceiros criaram o Centro Profissionalizante da Indústria Moveleira, que faz parte do projeto *Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Móveis na Região Oeste de Santa Catarina*. O objetivo do projeto é elevar o índice de competitividade das empresas participantes do Arranjo Produtivo Local no Oeste Catarinense, fortalecendo a economia regional.

O Centro, instalado na cidade de Chapecó, na área de abrangência da Associação dos Moveleiros do Oeste de Santa Catarina (AMOESC), executora do projeto, atende 86 municípios e 383 empresas que reunidas empregam 4.978 funcionários (280 microempresas, 71 pequenas empresas e cinco médias empresas). O Centro proporciona a capacitação de mão-de-obra e dissemina modernas técnicas de produção por meio de cursos teóricos e práticos, modernização de processos de produção nas indústrias e implantação de selos de qualidade.

O espaço tem 1000 m<sup>2</sup> e está dividido em área de produção, capacitação, administração e refeitório. Numa parceria com o Senai, serão capacitadas, até o final de 2006, 400 pessoas. Na sala de capacitação, equipamentos de audiovisual ajudam no treinamento de turmas com 35 alunos, no máximo. Já na área de produção, os alunos têm disponíveis compressores, serras, plainas, lixadeiras, coladeiras, motores de avanço, furadeiras, prensas e um moderno centro de usinagem.

O gerente da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, Marcelo Moreira, explica que com a capacitação da mão-de-obra, os empresários do oeste catarinense não precisam mais terceirizar serviços em outros pólos moveleiros.

A meta do Projeto é elevar em aproximadamente 50% o atual índice de competitividade registrado nas empresas do pólo moveleiro que será apoiado por três instituições: Ministério da Integração Nacional (R\$855 mil) Sebrae/SC (R\$ 687 mil) e AMOESC (R\$350 mil).

Os principais países compradores de móveis produzidos no oeste catarinense são Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Chile, Guatemala, África do Sul e Espanha.

## AGROINDÚSTRIA FAMILIAR

Estudo da Fundação Getúlio Vargas, em parceria com o Fórum da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, realizado em 2000, mostrou que a área apresentava uma concentração de pequenas propriedades rurais, com baixa produtividade. Estas empresas sofreram as conseqüências da falta de renovação tecnológica que possibilitaria uma melhor inserção de seus produtos e serviços nos mercados locais, regionais e nacional.

Parte dos agricultores da região se integrou às grandes agroindústrias instaladas em municípios da Mesorregião. Ao longo dos anos, estes mesmos agricultores foram ou estão sendo excluídos em função do processo de reestruturação e modernização dos parques industriais, da oscilação do mercado ou porque não têm dinheiro para investir na adequação de suas propriedades às exigências das grandes agroindústrias.

À margem do processo de integração e não vendo perspectivas na área rural, vendem ou deixam a propriedade em busca de trabalho nos centros urbanos.

Sem a qualificação necessária, não conseguem emprego, agravando os problemas sociais das grandes cidades. Muitos deles mais tarde tentam o amargo regresso através dos acampamentos dos "sem terra".

Para amenizar e reverter este quadro, políticas de desenvolvimento voltadas para a associação de agricultores e para a organização da produção em pequenas unidades agroindustriais tem sido adotadas na área da Mesorregião por iniciativa dos agentes do desenvolvimento públicos ou privados.

Um dos projetos é o de *Fortalecimento de Agroindústrias Familiares* que tem por objetivo buscar melhorias na capacidade gerencial das agroindústrias já implantadas; equacionar aspectos legais para adequar as agroindústrias ao serviço de inspeção estadual e federal; adquirir equipamentos para modernização de unidades; capacitar tecnicamente os agentes e os produtores para

*"Aumentamos a qualidade e as vendas. Agora podemos investir em outras atividades, pagando as dívidas, aumentando a escala de produção e até equipá-la melhor"*



**André Ricardo Mahl**

Laticínio Três Irmãos  
Município de Palmitos / SC

melhorar a qualidade dos produtos e propor a formação de redes para organizar a comercialização.

Segundo o gerente Marcelo Moreira, equipamentos como pasteurizadores, cilindros industriais, prensas de queijo, mesas de inox, fornos, freezers, seladoras à vácuo, tanques de higienização, balanças, embutidoras, esterilizadores e refratômetros portáteis para cana-de-açúcar, foram adquiridos pelos produtores rurais apoiados pelo Projeto.

O público-alvo do projeto são 205 agroindústrias familiares dos setores de leite, carnes e frutas. O Ministério de Integração Nacional investiu R\$ 5 milhões entre 2003 e 2006. As associações de produtores e governos estaduais entraram com uma contrapartida de R\$1,3 milhão. ►►►



# Fruticultura na **recuperação** da riqueza

**A** denominada Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul é um território com mais de 150.000 Km<sup>2</sup>, que em seus 104 municípios possui um vasto e exclusivo patrimônio natural, que é o “Pampa” com clima, solo, recursos genéticos e águas subterrâneas e de superfície, todos muito peculiares em relação ao Brasil. A Mesorregião também conta com particular patrimônio cultural, cujo principal elemento é a figura do “Gaúcho” nos aspectos de capital social e relacional, além da potencialidade como riqueza turística visto que faz fronteira com o Uruguai e Argentina.

Com o advento do Mercosul e com os trabalhos dirigidos pelo Ministério da Integração Nacional e as respectivas Políticas Regionais, entre outros fatores, este espaço pode ser considerado como local promissor para investimentos e centro do novo eixo de desenvolvimento do Cone Sul das Américas. Também possui excepcionais características ecológicas e sociais para representar um modelo de reconversão produtiva na faixa de fronteira.

Estes aspectos representam oportunidades e fortalezas que necessitam ser potencializadas com aportes de infra-estrutura, tecnologia e financiamento, todos integrados e com vistas ao desenvolvimento com inclusão social, para transformar essas reais potencialidades em vantagens comparativas e, em futuro próximo, em vantagens competitivas e duradouras.

## Projetos de destaque da Mesorregião

Implantação, ampliação e reforma de viveiros florestais e fomento ao florestamento e reflorestamento

Implantação de núcleos de indução e diversificação produtiva para agricultores assentados e associados com base na fruticultura

Lapidação e artesanato mineral

Produção de leite como instrumento de inclusão social do pequeno produtor

Centro Gestor de Inovação da Rede Moveleira

Centro Mesorregional de Vitivinicultura

**“A diversificação da matriz produtiva, inclusive utilizando das potencialidades locais, é uma das alternativas para melhorar a rentabilidade dessa região.”**

## DESENVOLVIMENTO PELAS FRUTAS

A Metade Sul do Rio Grande do Sul caracteriza-se economicamente pela atividade primária, alicerçada principalmente na pecuária de corte, na criação de ovinos, pecuária leiteira, criação de equinos. Destacam-se ainda as culturas de arroz irrigado e culturas de sequeiro como milho, sorgo, soja, trigo, cevada entre outros, que vem gerando uma grande crise nesta região. Hoje técnicos e produtores buscam novas alternativas viáveis de produção que possam melhorar a rentabilidade das propriedades rurais, com o objetivo de reverter o quadro de estagnação econômica.

A diversificação da matriz produtiva, inclusive utilizando das potencialidades locais, é uma das alternativas para melhorar a rentabilidade dessa região. A mudança de paradigmas, agregando novos sistemas de produção, que integradas às atividades tradicionais, podem contribuir para mudar o perfil produtivo, gerando novos postos de trabalho, agregando renda aos produtores e conseqüentemente aumentando o PIB regional. Partindo dessa premissa diversas entidades locais, governos municipais, estadual e federal, juntamente com o Fórum da Mesoregião Metade Sul do Rio Grande do Sul apontam, entre outras atividades, a fruticultura como um setor estratégico e potencial para o desenvolvimento regional.

Tendo esse indicativo o projeto *Núcleos de indução e Diversificação Produtiva na Metade Sul do Rio Grande do Sul*, apoiado pela Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, congrega diversas entidades e instituições para o objetivo principal que é desenvolver em ba-



Foto: divulgação

ses sustentáveis a produção de fruticultura como alternativa de geração de renda e ocupação de mão-de-obra dos agricultores assentados e dos agricultores associados como meio para o desenvolvimento regional.

Segundo o gerente da Mesoregião, Luiz Antonio Dombek, “é esperada a mobilização e sensibilização dos agricultores para esta atividade; capacitação dos técnicos e agricultores; implantação de 250 pomares comerciais e 500 quintais incrementando cerca de 375 hectares das mais diversas frutas, beneficiando diretamente 750 famílias”.

Este projeto busca, ainda, agregar valor a matéria prima transformando as frutas em geléias, sucos, compotas e demais derivados via industrialização em quatro pequenas agroindústrias, denominadas de “estruturas para processamento mínimo de frutas”, também apoiadas pelo projeto, que ficará a cargo dos próprios beneficiários que trabalharão na condição de associações e cooperativas, fortalecendo assim a forma gerencial, organizacional e produtiva destes. ▶▶

*Fica difícil dimensionar todos os benefícios que o projeto trará mas o que podemos afirmar é que serão muitos ... Ele permite ver uma nova realidade para as famílias e assentamentos beneficiados, criando uma nova cultura de produção, ao mesmo tempo dá uma outra cara para os assentamentos, permitindo ainda quebrar esse preconceito quanto a nossa luta. Outro fator importante é em relação a nova alternativa de renda que as famílias terão a partir deste projeto e a mudança no hábito alimentar graças a uma alimentação mais saudável, a partir das frutas, geléias, sucos e passas que acabam sendo produzidas, tanto para nós como para quem vai comprar o produto. Com certeza a realidade da região também muda pois jamais houve um projeto desta natureza para os assentamentos no estado do Rio Grande do Sul. Vale ainda ressaltar a importância desse projeto não só para as famílias beneficiadas, mas também, na nossa opinião, para outras famílias que deveriam ser atendidas nos próximos anos e se tornar assim um projeto permanente.*

**Jaci e Romilda Guilande de Witt,**

*beneficiários pelo projeto, moradores no Assentamento Novo Arroio Grande, município de Arroio Grande (RS)*

## A melhora das condições de vida na região do Semi-Árido

**R**educir as vulnerabilidades sócio-econômicas das regiões e sub-regiões que hoje são as mais atingidas pelas secas é o principal objetivo do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER. Na verdade, a estratégia de ação do Programa tem como ponto fundamental garantir às famílias moradoras destas regiões todas as condições de subsistência e benefícios advindos do processo de desenvolvimento do País.

Como ponto partida o Programa promove a convergência de ações e de políticas setoriais para áreas e regiões específicas para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais. Isso sempre levando em conta as diferenças e diversidades socioeconômicas e culturais destas regiões.

Sob o foco do desenvolvimento regional, a região do semi-árido tem sido, historicamente, uma das mais dependentes de intervenções governamentais nem sempre frutíferas. Por isso, o CONVIVER tem como meta promover a articulação da sociedade civil com os órgãos públicos – considerando todas as esferas de governo – para aproveitar as complementariedades e reduzir a dispersão e a multiplicidade de ações. E, assim, eliminar os efeitos desestruturadores decorrentes das adversidades climáticas.

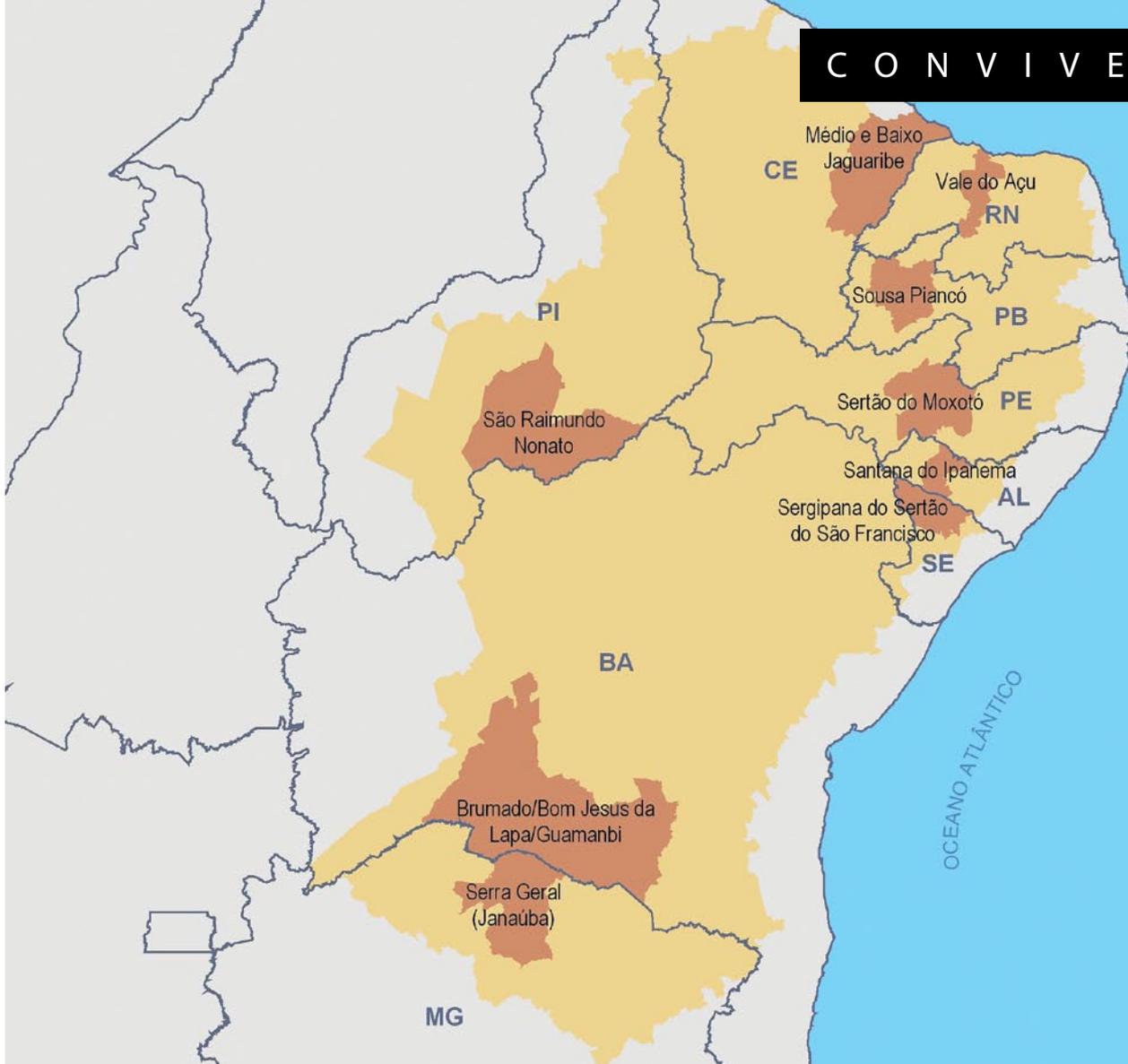
O nível de desenvolvimento da região do Semi-Árido nordestino continua, até os nossos dias, bem inferior ao que é encontrado em outros espaços da região Nordeste, como a região Litoral-Mata, o Agreste, o Meio Norte ou os Cerrados. Fatores históricos e escassa dotação de recursos naturais, com ênfase para os de

### Investimento

Foram apoiados cerca de 30 ações de dinamização econômica em cerca de 20 setores produtivos importantes para a economia regional, destacando-se os APLs da apicultura, ovinocaprinocultura, piscicultura, biodiesel, etc, atendendo a nove sub-regiões no semi-árido, com um total de 151 municípios, uma área de 146.161,72 Km<sup>2</sup> e uma população de 2.644.644 habitantes.

Além disso, o programa CONVIVER atuou no fortalecimento da organização social e estímulo a Consórcios Municipais a partir das articulações para o apoio a atividades produtivas.

Recursos alocados entre 2004-2006: cerca de R\$ 15 milhões.



solo e água, têm contribuído para que a economia das áreas afetadas pelas secas tenham um ritmo de desenvolvimento mais lento. Daí a razão principal para que a sociedade do semi-árido continue economicamente frágil.

A coexistência de relações sociais de produção arcaicas e o avanço tecnológico restrito mantêm a desigualdade, pobreza e exclusão social de boa parte da população, bem como vantagens econômicas extraordinárias auferidas por segmentos sociais privilegiados. Estas condições têm prevalecido porque o processo de gestão das políticas públicas implementadas na região tem sido inadequado, ou porque tem se mostrado incompatível com as exigências da demanda ou porque sua implementação tem estado sujeita a descontinuidades pautadas por orientações políticas

Tradicionalmente, as ações governamentais na região limitaram-se a medidas assistenciais em de-

trimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos de desenvolvimento geradores de emprego e renda em caráter permanente, que promovessem o enfrentamento das adversidades climáticas e a convivência com a realidade da região.

O CONVIVER foi incluído no Plano Plurianual 2004-2007 com a responsabilidade de remodelar as políticas públicas destinadas às regiões do semi-árido. O programa pretende contribuir com a sustentabilidade de atividades econômicas que gerem a inserção produtiva da população. Isso a partir de ações de desenvolvimento regional que têm por objetivo dinamizar arranjos, setores e cadeias produtivas regionais articuladas com as ações de implantação de infra-estrutura hídrica.

Com um público alvo de 22 milhões de pessoas residentes nos 1.133 municípios da região de semi-árido, o CONVIVER pretende desenvolver um conjunto de ações que levem à redução das vulne-

*habilidades socioeconômicas de todos os espaços regionais e sub-regionais onde está verificada a maior incidência de seca. Dentro do CONVIVER, está prevista a articulação das diversas ações de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, segurança hídrica, saúde e educação com os demais programas de desenvolvimento regional.*

**As principais metas do CONVIVER** - promover a convergência das políticas públicas setoriais, em espaços territoriais específicos, para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais, considerando a diversidade socioeconômica e cultural do País; promover a sustentabilidade hídrica, econômica, social, e ambiental, visando a reduzir as carências decorrentes das condições climáticas adversas a que estão submetidas as áreas com maior incidência da seca; executar ações de desenvolvimento regional, nas vertentes da convivência com a realidade do semi-árido e da dinamização econômica de arranjos produtivos potenciais, articuladas com os programas de infra-estrutura hídrica; promover o aproveitamento das potencialidades endógenas, em diversas escalas espaciais, visando à inserção social e econômica das populações locais; formular e promover a implementação de políticas públicas voltadas à redução dos desequilíbrios regionais e ao ordenamento territorial com vistas à integração do espaço nacional; promover a articulação com a sociedade civil e com os órgãos públicos, nos três níveis de Governo, visando a aproveitar as complementaridades e reduzir a dispersão e a multiplicidade de esforços; articular investimentos em infra-estrutura para apoiar o processo de integração nacional e continental; e estimular investimentos em cadeias produtivas e segmentos econômicos prioritários para o desenvolvimento sustentável de regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes.

O CONVIVER é um programa multissetorial e, por isso, é desenvolvido por meio de uma ação coordenada, entre o Ministério da Integração Na-

cional e demais ministérios setoriais, para que haja uma convergência de ações e esforços na implementação de programas de desenvolvimento regional em articulação com governos estaduais e municipais das áreas afetadas pela seca com aproveitamento de projetos de recursos hídricos.

Sabe-se que, historicamente, as ações dos diversos governos na região do semi-árido nordestino obedeceram a um padrão que seguia ações para a infra-estrutura hídrica (açudes, barragens, adutoras, poços, perímetros de irrigação) aliado a iniciativas de natureza assistencial. Embora este conjunto de ações possua alta relevância para as condições básicas de sobrevivência e cidadania e para a sustentabilidade regional, as novas perspectivas deste programa se voltam para a busca de geração de trajetórias locais de desenvolvimento.

Isso porque, sem estas ações com um novo foco, a tendência é o círculo vicioso de pobreza, a ausência de capacidade empreendedora e subdesenvolvimento se perpetuarem, mesmo que as condições hídricas sejam substancialmente melhoradas com iniciativas estratégicas e estruturantes como a revitalização e a interligação de bacias do Nordeste Setentrional com o rio São Francisco.

**Com sub-regiões a ação é mais efetiva** - por ser um programa multissetorial, o CONVIVER conta com importantes parceiros institucionais e programáticos para implementar suas estratégias e objetivos e para assegurar uma execução mais efetiva, prevê a sua atuação por sub-regiões.

A seleção destas áreas focais ocorreu no âmbito do Grupo de Trabalho Interministerial de Programas de Desenvolvimento Regional (GTI-PDR) da Câmara de Política de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional da Presidência da República, segundo critérios como disponibilidade de recursos hídricos, sub-regiões nas quais se verifica a existência de investimentos e ações importantes do Governo Federal, potencial de impacto em curto prazo e adequação com as estratégias de desenvolvimento estaduais.

Além disso, levou-se em conta as condições



socioeconômicas dos municípios, refletidas no IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e o potencial de geração de emprego e renda em curto prazo (potencial em fruticultura irrigada, biodiesel, turismo, ovinocaprinocultura, piscicultura e recursos minerais).

Com base nesses critérios, selecionou-se uma sub-região por Estado considerando que elas têm um significativo potencial para a geração de empregos em arranjos produtivos locais e setores de atividade econômica que representam o início de um processo mais amplo de desenvolvimento da região semi-árida do Nordeste. São elas: São Raimundo Nonato no Piauí, Médio e Baixo Jaguaribe no Ceará, Vale do Açu no Rio Grande do Norte, Sousa-Piancó na Paraíba, Sertão do Moxotó em Pernambuco, Santana do Ipanema em Alagoas, Sergipana do Sertão do São Francisco em Sergipe, Brumado/Bom Jesus da Lapa/Guanambi na Bahia e Serra Geral (Janaúba) em Minas Gerais.

Como resultados do CONVIVER, portanto, espera-se reduzir as carências decorrentes das condições climáticas nessa região, promover uma maior inserção econômica e social das populações locais, estimular investimentos nos arranjos produtivos locais e em infra-estrutura, de forma a fortalecer e reestruturar a base econômica e social com a geração de trabalho, emprego e renda, e incentivar a convergência de políticas públicas multissetoriais no Semi-Árido.

### USINA PILOTO DE BIODIESEL EM TAUÁ, NO CEARÁ

A primeira usina piloto de produção de biodiesel foi inaugurada em junho último e está localizada no município de Tauá, no sudoeste do Estado do Ceará. Com o apoio do programa CONVIVER, a usina foi instalada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs).

Com capacidade de produção de 844 mil litros de biodiesel por ano, a usina de Tauá, tem como objetivo geral, fomentar a produção de mamona na região e difundir a produção desse biocombustível junto aos agricultores familiares.

Os objetivos específicos do projeto são desenvolver a cadeia produtiva da mamona com a finalidade de permitir retorno, social e econômico; implementar pequenas unidades de extração de óleo de mamona e consolidar a tecnologia de obtenção de biodiesel; incrementar a participação de produtores cadastrados no Programa Bolsa Família, visando torná-los auto-sustentáveis e assim abrir vagas para outras famílias necessitadas; promover a recuperação dos solos da região pelo uso da torta da mamona, rica em matéria orgânica e nitrogênio e incrementar a oferta de alimentos para bovinos, caprinos e aves com a utilização da torta desintoxicada; promover a capacitação de produtores e técnicos para o domínio da cadeia produtiva da produção de biodiesel e desenvolver o associativismo, agrupando

os produtores em torno de cooperativas para a gestão e a comercialização da produção.

O valor do projeto da Usina de Tauá é de R\$ 601.000,00 e, para a sua construção, o DNOCS contou com a parceria do Instituto Centec (Centro de Ensino Tecnológico), da Tecbio (Tecnologias Bioenergéticas Ltda), do Nutec (Núcleo de Tecnologia Industrial do Ceará) e, ainda, com o apoio da Prefeitura de Tauá e da Cooperativa dos Irrigantes do Projeto de Irrigação Várzea do Boi.

### PRODUÇÃO COM PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

A implementação de tecnologias sociais que utilizam práticas agrícolas sem uso de agrotóxico para assegurar a preservação do meio-ambiente é o foco do PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável). O Projeto, que está sendo implantado pelo Sebrae em parceria com o Ministério da Integração Nacional e a Fundação Banco do Brasil, já chegou a doze estados. Até agora, o modelo já foi usado em um total de 1.080 hortas beneficiando aproximadamente 4.500 residentes

em 36 municípios.

Nos estados da região do semi-árido, o PAIS ganhou o apoio do programa CONVIVER. Isso tem levado à segurança alimentar das famílias ao mesmo tempo em que também gera ocupação e renda destas pessoas. Esta renda é proveniente do excedente de produção obtido.

A idéia do PAIS nasceu da observação da prática usada por pequenos agricultores que já haviam optado pelo não uso de agrotóxicos, pois estavam sempre focados na produção com a preservação ambiental. Na verdade, o programa integra técnicas simples e há muito usadas nas comunidades rurais. São elas: a redução da dependência de insumos vindos de fora da propriedade, a diversificação da produção, a obtenção da sustentabilidade em pequenas propriedades e, a principal, produzir obedecendo as leis da natureza.

Pelo desenho do PAIS, para uma família de cinco pessoas é preciso uma área de 5.000 m<sup>2</sup>. No centro desta área deve ser instalado um galinheiro com onze aves para o fornecimento de alimento e matéria orgânica destinada às plantações. A irrigação é por gotejamento enquanto a energia deve ser fornecida por meio de placas so-



lares. Os agricultores que já estão usando a nova forma de tecnologia, além de garantir a segurança alimentar da família, têm também obtido uma renda que varia de R\$ 400,00 a R\$ 800,00 mês.

## REFLORESTAMENTO PARA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E SOCIOECONÔMICO

A produção de madeira como combustível sem impacto sobre o meio-ambiente e garantindo o sustento de agricultores familiares é foco do projeto *Bosques energéticos para a poupança de base florestal familiar* que foi proposto pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ganhou o apoio do programa CONVIVER. O projeto prevê que um total de 200 famílias de pequenos produtores rurais que hoje trabalham com a atividade extrativista sejam beneficiadas.

A idéia é produzir madeira a partir de florestas plantadas com eucalipto e a finalidade será a de atender ao parque ceramista da região sudeste da Bahia. Hoje o Estado tem uma forte indústria de cerâmica estrutural vermelha e as olarias são produtoras de blocos, telhas e tijolos. O grande problema é que toda esta indústria é atendida por produtores de madeira que atuam de forma artesanal e em pequenos agrupamentos ou em pólos. Com isso, explicam os técnicos, eles fazem a extração da madeira nativa, principalmente dos ecossistemas da caatinga e da mata de cipó. O impacto no meio-ambiente portanto tem sido devastador.

Com a implantação dos bosques energéticos a previsão é que no prazo médio de seis anos estas indústrias de beneficiamento mineral possam ter um suprimento energético renovável a partir da lenha obtida do plantio do eucalipto. Com isso, além das famílias terem uma melhor opção de ganho de renda, o processo de devastação do meio-ambiente poderá ser estancado naquela região.

Embora a situação atual seja de claro conflito com a preservação ambiental, o fornecimento de madeira às atividades industriais ainda é uma das

escassas alternativas geradoras de renda para os pequenos agricultores. A implantação dos bosques, portanto, conseguirá reverter este modelo considerado perverso.

Cálculos técnicos indicam que o prazo de seis anos será realmente suficiente para a produção de toda a madeira necessária às 238 cerâmicas que produzem em torno de 700 milhões de peças (blocos e telhas) por ano e consomem 400 mil estéreos de lenha no mesmo período.

Dessa forma, considerando que a produtividade da madeira é de 150 metros estéreos por hectare ao longo do ano, pode-se estimar que serão necessários cinco hectares, em média, para a criação de cada módulo de bosque energético. A perspectiva para o ganho de renda no período de seis anos é de, aproximadamente, R\$ 26.250,00. O que corresponde a R\$ 4.375,00 por família em um ano considerando o preço de R\$ 35,00 por metro estéreo de madeira de eucalipto.

Por todos estes aspectos, o Projeto *Bosques energéticos para a poupança de base florestal familiar* está sendo considerado um piloto de combate à pobreza ao mesmo tempo em que é ambientalmente correto, socialmente justo e economicamente viável. ►►

*Este projeto atenderá 200 famílias, gerando importantes benefícios de ordem Econômica, Social, Legal-educativa e Ambiental. Como resultados espera-se a criação de um estoque sustentável de madeira ao final de seis anos, voltados para o suprimento das demandas madeireiras existentes, consolidando uma poupança florestal e melhorando substancialmente a rentabilidade da propriedade rural. Deverá ainda promover a diversificação das oportunidades de empregos no campo, fixando a mão de obra rural de agricultores familiares. Servirá também, para a regularização das terras e cumprimento da legislação florestal vigente. Um outro resultado importante desse projeto se refere à ocupação de terras com potencial agrícola parcialmente ou totalmente esgotado, recuperando a capacidade produtiva do solo e reduzindo o impacto negativo sobre a Caatinga.*

**Adalberto Brito de Moraes**

Professor da UESB e Coordenador do Projeto

## Integração e desenvolvimento

**C**riado nos anos 50 para proteger as fronteiras do País, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) ganhou novos contornos no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A principal mudança aconteceu quando o PDFF deixou de ser desenvolvido pelo Exército Nacional e ficou sob o comando do Ministério da Integração Nacional. Dentro do seu novo formato, o Faixa de Fronteira integra a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e desenvolve condições para a mudança da qualidade de vida de 10 milhões de habitantes que moram nos 588 municípios em onze estados que fazem a divisa do Brasil com outros dez países da América do Sul.

A Faixa de Fronteira tem extensão de 15.719 quilômetros e 150 quilômetros de largura. É regida pela Lei 6.634/79 e regulamentada pelo Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980. Antes os investimentos do governo obedeciam apenas ao critério de instituir, em toda esta região, um só formato de desenvolvimento, pois a Faixa de Fronteira era vista somente do ponto de vista da segurança nacional, sendo considerada uma área propícia a prática de delitos, principalmente narcotráfico, prostituição, violência e abuso dos direitos humanos.

Hoje, num cenário amplo e modificado, o PDFF passou a ser o agente gerador de desenvolvimento sustentável da região, atuando, principalmente, em linhas de ação que vão desde o apoio a Arranjos Produtivos Locais, a promoção da infra-estrutura econômica e social, o desenvolvimento institucional e organizacional, até a integração entre os países da América do Sul. O objetivo do PDFF é agir obedecendo

### Investimento

Emendas parlamentares: entre 2003 e 2006 (até o início do período eleitoral), foram celebrados 222 convênios no âmbito do PDFF, com o total de R\$ 74.684.832,53.

Com recursos próprios o PDFF, desde a sua reestruturação, operacionalizou um total de 31 projetos, com investimentos na ordem de R\$ 9.414.114,95. Beneficiando um total de 46.160 pessoas aproximadamente.

Foram apoiados 21 projetos de APL com foco na dinamização econômica e 10 de apoio a infra-estrutura;

Neste período, o programa viabilizou projetos em todos os estados integrantes da Faixa de Fronteira.

*a diversidade regional para que desta forma possa desenvolver projetos que garantam às populações meios de vida em suas regiões de origem.*

**Frentes de ação** – para uma atuação mais eficaz e efetiva, o Programa centrou sua atuação em três frentes: promover o desenvolvimento integrado do que são chamadas as cidades-gêmeas, a melhoria das condições econômicas, sociais e de cidadania de sub-regiões e, ainda, uma ação articulada com outros programas de desenvolvimento.

Na primeira frente de ação, que considera o desenvolvimento integrado das sub-regiões das cidades-gêmeas – na verdade cidades contíguas, sendo uma no Brasil e outra em um país vizinho mas que tenham características semelhantes – os técnicos do Faixa de Fronteira consideram que é uma oportunidade para incentivar o processo de desenvolvimento em bases supra-nacionais. Bases estas que são fundamentais para o desenvolvimento das áreas em que estão inseridas e para a competitividade nacional.

Em outra ação, o PDFF faz uma articulação com o PROMESO, que se dá por meio de ações em doze mesorregiões prioritárias. Neste caso, o objetivo é a união de forças e a articulação das ações que serão implantadas em áreas coincidentes aos dois Programas. Por fim, a outra frente de ação do Faixa de Fronteira é a de articular os chamados atores locais - todas as partes envolvidas em um projeto, sejam elas

sindicatos, associações e órgãos governamentais – para uma atuação coordenada visando o desenvolvimento de um projeto específico.

Com a mudança de foco do Faixa de Fronteira, o governo encomendou um estudo ao Grupo Retis do Rio de Janeiro, que fez um levantamento de toda a faixa de fronteira e concluiu que a atuação sub-regional deve considerar 17 áreas que foram inseridas em três Arcos (Arco Sul, Central e Norte). A idéia, portanto, é implementar projetos que incentivem o aproveitamento de peculiaridades e características locais – sociais, econômicas, políticas e culturais.

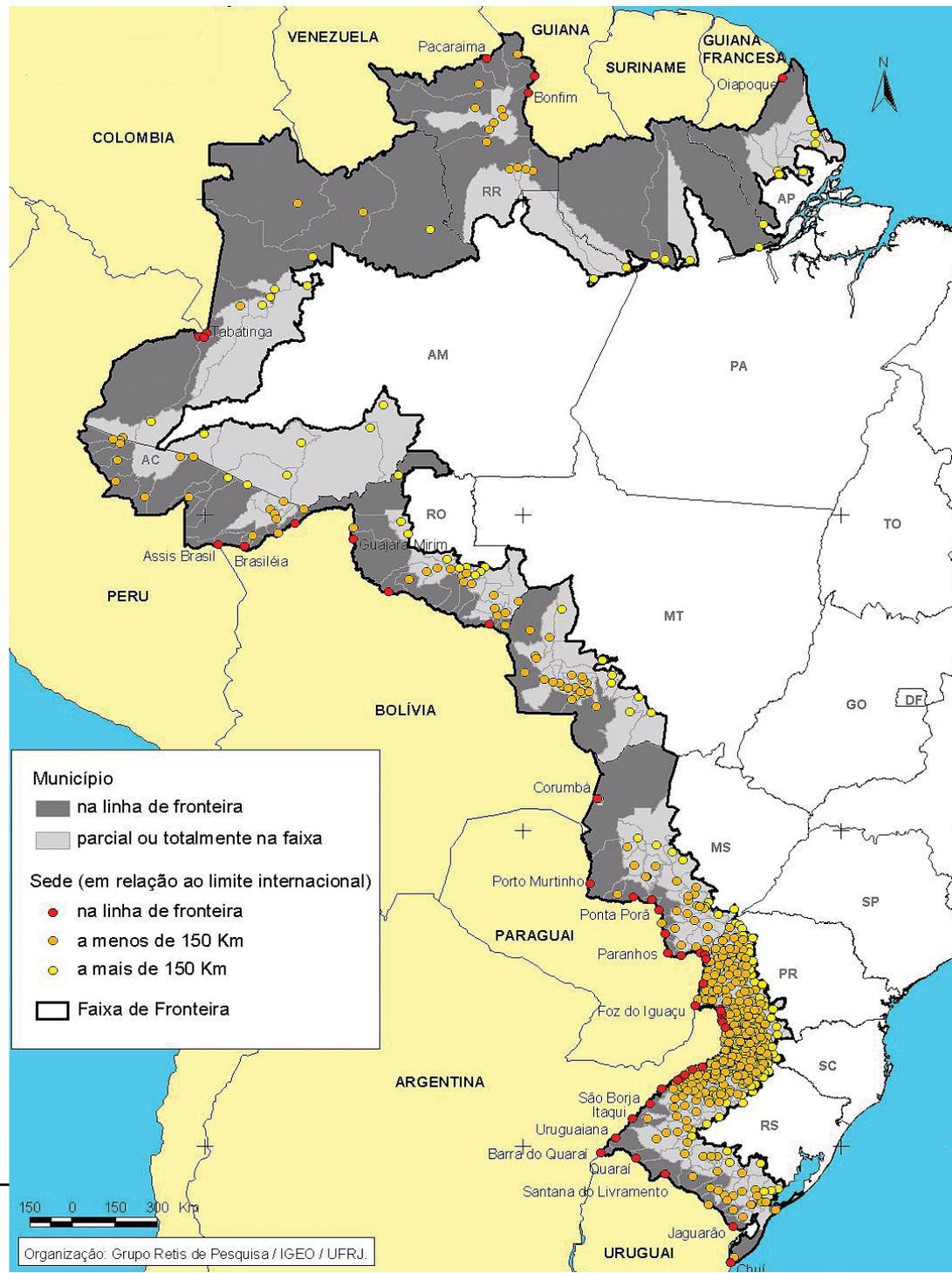




Foto: divulgação

### PROJETO DE CRIAÇÃO DE TAMBAQUI EM TANQUES-REDE NOS MUNICÍPIOS DE GUAJARÁ-MIRIM E COSTA MARQUES

Em 2004, seguindo as diretrizes do PDFF, o Governo do Estado de Rondônia apresentou um projeto de *Criação de Tambaquis em tanques-rede* em dois municípios do Estado. Todo o investimento atendia as diretrizes do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, uma vez que tinha como objetivo contribuir para a melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais localizadas em municípios de área

de fronteira, através da implementação de projetos comunitários alternativos de geração de emprego e renda proporcionando a eles um desenvolvimento sustentável.

O projeto *Criação de Tambaquis em tanques-rede* consistiu na construção da infra-estrutura e instalação de 28 unidades de tanques-rede para cada município integrante do projeto, Guajará-Mirim, no Rio Pacaas Novos, e Costa Marques, no Rio Guaporé. O Projeto também previa a aquisição de equipamentos e capacitação dos pescadores associados, visando à produção de peixes no próprio rio, com tecnologia de criação em alta densidade, beneficiando 150 famílias de pescadores.

Como o Rio Pacaas Novos fica na divisa entre o Departamento de Benio, na Bolívia, e o Estado de Rondônia, no Brasil, o projeto apresentando pelo Governo de Rondônia tinha a característica de promover a integração regional a partir do fortalecimento econômico da região fronteiriça.



Foto: divulgação

Encerrado em março deste ano, o projeto já se encontra na fase de produção de pescados. E, até agora, apresentou resultados excelentes na implantação das infra-estruturas flutuantes e tanques-rede, com aquisição de 30 mil alevinos prevendo-se uma produção de 50 mil quilos de peixe, com peso médio de 1,850 kg, para um período de 13 meses de estocagem para Guajará-Mirim. Em Costa Marques foi implantada a unidade de tanques-rede e aquisição de 20 mil alevinos, sendo que os primeiros peixes já apresentam pesos médios de 1 kg, estando agora em fase de estoque esperando a primeira despesca.

### PRODUÇÃO DE FRANGO DE CORTE NO PROJETO DE ASSENTAMENTO TRACUTINGA

A recuperação das potencialidades da Cooperunião é um dos projetos contidos no programa Faixa de Fronteira. Localizada no município de Tracutinga (SC) e próximo a três importantes cidades do Brasil e da Argentina - Dionísio Cerqueira (SC), Barracão (PR) e Bernardo de Irigoyen (Argentina), as perspectivas de comércio para a Cooperunião indicam que os investimentos que forem feitos poderão ter bons índices de retorno em termos de qualidade de vida de seus associados.

Inicialmente projetada com um sistema de produção de frango de corte, composto por fábrica de ração, abatedouro (capacidade para 3.200 aves/dia) e 14 núcleos de produção com capacidade de alojamento e abate de 2.000 aves/dia, a Cooperunião entrou em declínio devido à baixa disponibilidade de recurso.

A sua capacidade, no momento, é a de abater até 1.000 aves/dia, o que corresponde a aproximadamente um terço do que pode ser feito considerando as suas instalações. Diagnósticos feitos pelo Faixa de Fronteira indicam que, a partir da estrutura existente e destinando pequenos investimentos – inclusive em treinamento de pessoal – a capacidade de abate da Cooperunião pode ser imediatamente dobrada.

As ações de recuperação serão desenvolvidas a partir de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e a Cooperunião. Tudo com o objetivo de, com base na sustentabilidade social e ambiental, garantir uma renda aos produtores envolvidos no projeto a partir da produção, abate, processamento e comercialização de frango de corte. Este ganho de renda é projetado considerando que, em um raio de até 250 Km da Cooperunião, a população de cidades de Santa Catarina e do Paraná é de aproximadamente 1.800.000 habitantes.

A capacitação dos técnicos da cooperativa envolvidos no Projeto será de responsabilidade da Embrapa Suínos e Aves.

### FRUTICULTURA E PISCICULTURA

Um projeto de incentivo à fruticultura aliado a outro de piscicultura têm o potencial de gerar desenvolvimento e reavivar a economia na área de atuação conjunta do PDFF e da Mesorregião da Metade Sul do Rio Grande do Sul. Eles estão localizados na cidade gaúcha de Uruguaiiana que, junto com Paso de los Libres e Corrientes, na Argentina, forma uma cidade-gêmea. E, por isso é foco de atuação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira visando à integração com os países do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

A decisão de implementar dois projetos com o objetivo de estancar a estagnação econômi-

*“O projeto oferece uma garantia de aproveitamento da produção local, assegurando a possibilidade de manter os três empregos fixos que o mesmo oferece, assim como os 30 empregos temporários utilizados na colheita e poda. O produtor acredita que este projeto pode consolidar uma nova fonte de renda para a região, diversificando a matriz produtiva local.”*

**Alex Wagner**

*Produtor de uvas de Uruguaiiana*



Foto: divulgação

ca e incrementar a economia local por meio da diversificação produtiva foi baseada nos baixos índices de crescimento registrados nos municípios que fazem parte da região da Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Com o reconhecido potencial da região para a produção de frutas e de vinhos, está sendo implantado o Programa de Incentivo à Fruticultura/Vitivinicultura. O projeto prevê o cultivo de

uvas, a construção de viveiro, a implementação de unidade produtora de vinho e suco e a produção de mudas de citros e de essências florestais nativas, de modo a beneficiar diretamente 43 famílias. Destes, o viveiro já está concluído.

O Arranjo Produtivo Local de Piscicultura tem como proposta implantar ações em benefício direto de 25 famílias que formam a Associação de Piscicultores do município de Uruguaiiana, sendo que cada delas será contemplada com a construção de seis tanques do tipo engorda e pela instalação de fábrica de gelo. Dentro do Faixa de Fronteira estão previstas ações de capacitação em técnicas de associativismo e cooperativismo das famílias envolvidas com os projetos.

O objetivo maior das iniciativas é garantir à comunidade ganhos financeiros e de qualidade de vida na sua região de origem. O total de investimento é de R\$ 1,4 milhão sendo a maior parte – ou R\$ 1,05 milhão – destinado ao projeto de fruticultura e vitivinicultura. Destes R\$ 750 mil são recursos do Ministério da Integração Nacional. Do total de R\$ 350 mil de investimento no projeto de piscicultura, o Ministério contribuiu com R\$ 200 mil. ►►

*“Espero que esta ação propicie a diversificação local de sua propriedade e prevê o aumento do consumo de carnes brancas na região, beneficiando pessoas que apreciem carne de peixe, difíceis de serem encontradas na região, pela despovoação das lagoas e arroios da região. O produtor comenta que o apoio dos órgãos responsáveis é indispensável para o sucesso deste projeto.”*



**Luciano Peruzzi**

Piscicultor de Uruguaiiana

# A organização produtiva para autonomia social e econômica das comunidades

**O** PRODUZIR - Organização Produtiva de Comunidades - desenvolvido pelo Ministério da Integração Nacional em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (ONU-FAO), faz parte do elenco de Programas de Desenvolvimento Regional incluídos no Plano Plurianual 2004-2007 do Governo Federal.

*Combater a situação de desemprego e subemprego em comunidades carentes, sejam elas urbanas ou rurais, a partir da inserção dos moradores destas comunidades em arranjos é o principal objetivo do PRODUZIR. Considerando que o processo de desenvolvimento no Brasil não tem ocorrido de maneira uniforme e homogênea - pois, ao mesmo tempo em que existem áreas de grande dinamismo econômico, também existem regiões de extrema pobreza e de atividades produtivas estagnadas - o PRODUZIR busca potencializar os recursos e vocações econômicas das regiões mais pobres com vistas a inserir estas comunidades no processo de desenvolvimento econômico e social do País.*

*A principal ferramenta do PRODUZIR é trabalhar a capacitação das comunidades proporcionando a elas a chance de se organizar para o processo produtivo em uma perspectiva comercial. Ou seja, dando viabilidade econômica às atividades desenvolvidas pelas comunidades organizadas. Na verdade, segundo destacou o técnico do programa, Cleidson Nogueira Dias, o PRODUZIR "é o pontapé inicial para a implementação de outros programas de desenvolvimento econômico e social nas comunidades".*

*Dentro deste objetivo é importante destacar que o PRODUZIR é um forte instrumento de Política Nacional de Desenvolvimento Regional por fomentar a estruturação de empreendimentos produtivos e a produção de bens e serviços nas comunidades específicas.*

## Investimento

Recursos investidos de 2003 a 2005 em Eventos de Organização Produtiva R\$ 8.231.518,68

Recursos já investidos em 2006 R\$ 2.288.107,08

Beneficiando aproximadamente 19.000 pessoas e 453 empreendimentos produtivos diretamente gerados e fortalecidos

Ainda há Eventos de Organização Produtiva - EOP que estão iniciando neste ano totalizando 151 EOPs de 2003 até 2006.

*“A realização do Programa no município foi inédita, nós nunca tivemos a oportunidade de participar de programas do governo federal desde que eu entrei na luta trabalhista.*

*Desde a primeira reunião com o Ministério, com a senhora Dorotea, reforçou-se a idéia de criação da fábrica de beneficiamento da castanha para gerar emprego pra comunidade aqui. E a região de Amaturá foi escolhida por ser central no Alto Solimões.*

*A partir de então houve vários treinamentos por meio do programa PRODUZIR e nós tivemos condições de extrair o óleo e fazer outros produtos da castanha.*

*Por meio do Programa PRODUZIR houve conscientização da comunidade para produzirmos um produto de melhor qualidade. Por meio do Programa, tivemos informações para conseguir realizar o trabalho que estamos conseguindo realizar na fábrica de beneficiamento.”*

**Ivo Gonçalo dos Santos**

*Presidente da Associação dos Produtores e Beneficiadores de Castanha do Município de Amaturá – APROCAM.*

Os objetivos do PRODUZIR são garantir a convergência das políticas públicas setoriais em áreas específicas para enfrentar as desigualdades intra e inter-regionais; promover o aproveitamento das potencialidades endógenas em diversas escalas com vistas à inserção social e econômica das populações locais; fazer a articulação com a sociedade civil e com os órgãos públicos, nos três níveis de Governo, visando reduzir a dispersão e multiplicidade de esforços; estimular investimen-

tos em arranjos e cadeias produtivas prioritárias para o desenvolvimento sustentável das regiões menos dinâmicas, buscando a otimização dos benefícios sociais deles decorrentes.

As estratégias de implementação do Programa incluem inicialmente a definição de uma área ou região onde será desenvolvido um projeto do PRODUZIR se inicia a partir de demandas da sociedade civil organizada nos espaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. A região selecionada torna-se, então, um eixo de desenvolvimento, servido de base para a implantação das ações de capacitação do programa; realização de Eventos de Organização Produtiva, denominados EOPs, organiza o população-objetivo estimulando a sua capacidade empreendedora para o desempenho de atividades produtivas identificadas na região e para a sua organização em micro e pequenos empreendimentos produtivos. Também prevêem a realização de Oficinas de Gestão Empresarial para o apoio e fortalecimento de empreendimentos produtivos; a promoção de cooperação técnica e financeira para a legalização de empreendimentos produtivos; a realização de Eventos de Capacitação de Multiplicadores, para formação, capacitação e nivelamento de recursos humanos, visando a ampliar e aperfeiçoar o quadro de referência do Programa; a articulação das ações nacionais com os módulos regionais de projetos de cooperação técnica permitindo o intercâmbio de competências e, ainda, a promoção de atividades de avaliação e monitoramento da implementação do programa, envolvendo a participação das instituições parceiras, o intercâmbio de informações e o aperfeiçoamento técnico e metodológico do PRODUZIR.

**Técnico do produzir vai ao município** - no primeiro passo do Programa, um técnico vai ao município selecionado. Começa então a fazer o levantamento das potencialidades daquela região; das perspectivas de estruturação de parcerias e cooperações entre as diversas instituições, como universidades, associações e sindicatos e também trabalha tanto para identificar o público alvo do Programa, como para estimular que



Foto: divulgação



a comunidade se organize produtivamente com foco em Arranjos Produtivos Locais (APLs).

O PRODUZIR visa trabalhar na implementação das ações em sub-regiões selecionadas pelas diretrizes dos Programas de Desenvolvimento Regional em parceria com entidades governamentais e não-governamentais que, dentro do programa, ganham o nome de “Entidades Executoras”.

Para o desenvolvimento destas parcerias em âmbito microregional, o PRODUZIR conta com um corpo técnico capacitado para utilizar a metodologia específica do Programa que atua dando apoio técnico às Entidades Executoras nos Eventos de Organização Produtiva e acompanhando o trabalho das comunidades nos empreendimentos gerados.

No desenvolvimento e na finalização dos Eventos, a coordenação nacional do Programa faz um acompanhamento sistêmico das micro e micro ações do PRODUZIR com vistas a garantir maior sustentabilidade de seus resultados.

**As etapas** - para a execução de um Evento de Organização Produtiva são obedecidas seis etapas: a preparação para implantar o PRODU-

ZIR; Implantando o PRODUZIR; aprendendo a competir; empreendimento em funcionamento; monitorando e avaliando os empreendimentos e, finalmente, a análise e sistematização das informações.

**Resultados do PRODUZIR** - em 2006, já foram investidos R\$ 2,3 milhões tendo sido desenvolvidos 22 projetos em todas as regiões do País. São projetos que vão desde a organização para a produção de gemas e jóias à prestação de serviços de turismo. Todos obedecendo a vocação de cada município ou comunidade. O PRODUZIR também destinou recursos para a produção de flores, de artesanato, para o desenvolvimento da apicultura, da ovinocultura, assim como, para a fruticultura e produção de mudas.

No entorno da barragem do açude Orós, no Ceará, foi desenvolvida o APL da Piscicultura para a criação da tilápia, um peixe que a cada dia ganha mais espaço na mesa do brasileiro. Além da criação para o consumo, a comunidade foi capacitada para processar o pescado beneficiando o couro – com produtos não poluentes e biodegradáveis – para a execução de artesanado como bolsas e calçados.

## UM APL PARA A COLHEITA E BENEFICIAMENTO DA CASTANHA

O Arranjo Produtivo Local (APL) da Castanha do Brasil foi iniciado em 2004 com a implantação do PRODUZIR. Com investimento de R\$ 100 mil, foram realizados diversos cursos de capacitação para os pequenos produtores. Por meio do Programa, eles receberam instruções sobre reflorestamento, práticas de colheita e armazenagem e produção de alimentos e de artesanatos derivados da castanha. Com isso, obteve-se a ampliação da organização produtiva e melhor qualidade da produção.

Amaturá também foi beneficiado por outro programa da Secretaria de Programas Regionais, o Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais (PROMESO), em parceria com a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis do Amazonas (Afloram). Foram investidos R\$ 98,1 mil na compra de máquinas e equipamentos para a implantação da mini-usina de beneficiamento de castanha, que permite a produção de óleo e outros derivados. O APL da Castanha do Brasil conta também com o apoio do Governo do Amazonas, da Associação de Produtores e Beneficiadores de Castanha do Município de Amaturá e da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO/ONU).

Já foi realizada, este ano, em Amaturá, uma Oficina de Gestão que beneficiou 201 produtores. Foram oferecidos cursos de higienização e manipulação de alimentos; segurança no trabalho; capacitação tecnológica; boas práticas de manejo

para extratores de castanha; gestão, comercialização e marketing; organização social e empreendedora; comércio exterior; cooperativismo e elaboração de plano de negócios.

## CINCO NOVOS EMPREENDIMENTOS EM CAMPOS SALES, NO CEARÁ

Como apoio do programa PRODUZIR, a implementação de um Arranjo Produtivo Local de Ovino-caprinocultura em Campos Sales, no Ceará, gerou cinco novos empreendimentos no município beneficiando diretamente um total de 121 pessoas. Os empreendimentos formam uma cadeia de produção, pois vão desde a criação dos animais (caprinos e ovinos) à produção de artesanato com o couro. Os empreendimentos são o Curtume Couro Forte, a Associação de Beneficiadores de Caprinos e Ovinos de Campos Sales (Abecocs), o de Criadores de Caprinos e Ovinos além dos dois empreendimentos de artesanato Couro Forte e Caprinart.

Enquanto os criadores empregaram 58 pessoas, os dois empreendimentos de artesanato deram trabalho a 43 pessoas e o curtume gerou emprego para dez trabalhadores. Um dos principais aspectos a destacar do arranjo produtivo de Campos Sales é o fato dele ter abrigado a população com uma significativa desvantagem social sendo que 78% destas pessoas não tinham o ensino fundamental completo.

As atividades produtivas desenvolvidas no município também tiveram, segundo constataram os técnicos, uma participação significativa dos homens. A maior parte deles envolvida com as atividades de curtume e criação de animais. Outro fator relevante do empreendimento foi a presença de jovens, a partir de 16 anos, buscando o primeiro emprego. Um aspecto significativo porque o emprego do jovem em seu município garante a sua permanência e desestimula a saída para grandes centros em busca de maiores ganhos.

Com 26 mil habitantes, Campos Sales é um dos 103 municípios que integram a Mesorregião da Chapada do Araripe. ►►

*O PRODUZIR em Campos Sales teve ótimos resultados, o Programa criou atividades de artesanato e curtimento vegetal de couro e impulsionou Associações que já desenvolviam suas atividades de forma incipiente, inserindo novas matérias-primas, ampliando a qualidade dos produtos e possibilitando acesso a novos mercados, além de aumentar a coesão do grupo.*

**Isabel Maria de Souza Ribeiro – Artesã**

*Município de Campos Sales - CE*

# Municípios integrados com autonomia econômica e social a partir de Arranjos Produtivos Locais

O ponto de partida do Programa de Promoção e Inserção Econômica de Sub-Regiões – PROMOVER – é a estruturação de Arranjos Produtivos Locais. Os chamados APLs têm comprovado ser uma forte e eficaz estratégia de desenvolvimento regional capaz de buscar nos territórios e nos seus atores o capital necessário para fomentar e dar alicerce aos processos de desenvolvimento regional sustentável.

Dentro desta linha de atuação e com esta orientação programática, o PROMOVER está ancorado na idéia de que a região pode se transformar na sede da organização produtiva e da inovação, podendo buscar no aprendizado interativo e na capacitação a base para sua competitividade.

O principal objetivo do Programa é, na verdade, garantir não só a inclusão social dos municípios participantes dos arranjos produtivos mas, principalmente, o que pode ser definido como “inclusão produtiva”. Ou seja, a condição definitiva para os municípios atingirem a autonomia econômica mudando a realidade e as condições de vida de suas populações.

Segundo explicou Dorotea Blos, gerente-executiva do PROMOVER, o programa tem duas vertentes de ação: a capacitação técnica dos produtores para que os municípios possam dar um verdadei-

## Investimento

Alguns números do Programa:

No período 2003-2006, foram investidos pelo Ministério um total de R\$ 31.396.361,81 para ações do PROMOVER;

Foram viabilizados 71 projetos;

Foram apoiados 20 arranjos produtivos locais, além de projetos de capacitação, urbanização, prospecção tecnológica e empreendedorismo;

Neste período, o programa viabilizou projetos em 12 mesorregiões, em nove localidades do semi-árido (abrangendo seis Estados), em cinco cidades da Faixa de Fronteira (quatro Estados) e em outras nove localidades das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

ro salto no que se refere à produção, gestão e também inovação. E por outro lado, o Programa dá apoio com a infra-estrutura para a produção, seja ela pela aquisição de equipamentos e novas tecnologias ou pela construção de unidades de armazenagem, beneficiamento e outros.

Para a formação e instalação de um Arranjo Produtivo Local, o PROMOVER considera a importância dos aspectos locais e os recursos humanos existentes nas regiões para o desenvolvimento econômico. Pois estudos já comprovaram que os APLs resultam na criação de diferenciais competitivos e ainda incentivam uma diversidade na base produtiva gerando um aumento na competitividade das empresas. A política de apoio aos APLs, assim, aproveita as disponibilidades existentes nas comunidades ou regiões.

“A idéia do PROMOVER é trabalhar sempre com arranjos produtivos para que o programa perpassse mais de um município”, ressalta Dorotea Blos.

**Arranjos Produtivos** - os Arranjos Produtivos Locais são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais – com foco em um conjunto específico de atividades econômicas – que apresentam vínculos mesmo que incipientes. A idéia dos arranjos produtivos é ter em um mesmo local ou região, as empresas que produzem desde a matéria-prima até o bem final. E, muitas vezes, outras que já fazem a comercialização do que é produzido ali. Para a implementação de um arranjo produtivo, uma

das tarefas do PROMOVER é a de articular as ações, sejam elas de entidades públicas ou privadas, para a formação e capacitação dos recursos humanos. Isso focando sempre a população da comunidade que sedia o empreendimento.

Dentro da nova concepção de desenvolvimento regional que vem sendo implementada pelo Ministério da Integração Nacional, a idéia é a de analisar a economia regional sempre levando em conta as questões e soluções tipicamente locais. Na avaliação dos técnicos, é preciso descobrir as características e potencialidades de cada localidade para então desenvolver os projetos. Esta é forma de garantir que, mesmo depois do afastamento dos técnicos que monitoram todos os projetos de desenvolvimento, não haja qualquer ação de descontinuidade em nenhum deles.

No caso específico do PROMOVER, por exemplo, o foco nos Arranjos Produtivos Locais é porque estes sempre se desenvolvem a partir das trocas de conhecimento, mão-de-obra especializada, relações pessoais e de espaço entre as empresas. Além de serem, na verdade, uma interligação dos municípios envolvidos.

**Estratégia de Implementação** – o passo inicial do programa é identificar a área de atuação, os projetos e as atividades econômicas já estruturadas, que necessitem de atenção para aspectos específicos – os chamados “gargalos” –, como aporte técnico, tecnológico ou de gestão para alcançar sua competitividade. Este trabalho é feito em parceria com os diversos segmentos da sociedade civil, como associações, sindicatos, universidades além de Estados e Municípios. Em seguida é preciso identificar qual modelo pode estar de acordo com as características e a cultura do lugar. Por fim, o PROMOVER faz uma articulação entre os executores do projeto com o objetivo de gerar ações de estímulo à consolidação dos arranjos produtivos. Entre as partes executoras estão, além do Ministério da Integração Nacional, os governos estaduais e municipais, órgãos multilaterais de fomento, Sebrae e, ainda, os bancos oficiais de crédito.

*“O desenvolvimento sustentável precisa dar retorno econômico além do retorno social para que o produtor tenha melhor qualidade vida. O projeto de verticalização da Produção de Inhamé, Banana, café e tomate, em parceria com o Ministério da Integração Nacional, agregou valor aos produtos trazendo além do ganho social, o ganho econômico que resulta em sustentabilidade do processo de desenvolvimento instalado em Inhapim.”*

**Odilberto Roque Bezerra (Neco)**

*Diretor do Departamento  
de agricultura do Município de Inhapim/MG*

## BENEFICIAMENTO DA PRODUÇÃO GERA GANHOS À COMUNIDADE

Com um projeto envolvendo 395 famílias, o Promover quer levar para Inhapim/MG a melhoria do processo de pós-colheita e transporte de café, tomate, inhame e banana.

Com o beneficiamento da produção, os agricultores familiares poderão agregar valor ao produto, ter maior poder de negociação e aumentar sua renda familiar para que dessa forma possam reinvestir em seus meios de produção e melhorar suas condições de vida.

O projeto desenvolvido em parceria com a prefeitura, tem os seguintes objetivos: a instalação de nove Terreiros Secadores Híbridos para secagem de café, uma máquina de beneficiar tomate, uma máquina de beneficiar inhame e uma câmara de climatização de banana, gerando incremento de renda e empregos diretos e indiretos. Também é objetivo do projeto a rea-

lização de seminários e palestras técnicas para a divulgação e disseminação de novas tecnologias de produção e comercialização, envolvendo agricultores familiares e técnicos numa troca de experiências, abrangendo Inhapim e região. Outro é a secagem de 11.300 sacas de café por ano agrícola distribuídos em pontos estratégicos, de comum acordo com os moradores locais. Serão instalados em 9 comunidades os conselhos comunitários familiares cafeeiros, atendendo diretamente 247 famílias de pequenos produtores e 988 agricultores familiares, com geração de 36 empregos diretos e 108 indiretos. Por fim, o projeto prevê a seleção, lavagem, secagem, tratamento fitossanitário e climatização de 3.200 toneladas de tomate, 2.200 toneladas de inhame e 3.400 toneladas de banana por ano agrícola, incrementando o Barracão do Produtor Rural e atendendo diretamente a 148 famílias de pequenos produtores e 592 agricultores familiares. Geração de 31 empregos diretos e 93 indiretos.





### INSTALAÇÃO DO CENTRO TECNOLÓGICO DA APICULTURA (CTA) PARA GARANTIR MELHORIA DA PRODUÇÃO DO MEL

O Centro Tecnológico da Apicultura (CTA) se constitui em uma unidade de recepção, processamento e controle de qualidade do mel produzido por várias associações e cooperativas de apicultores do Estado. E busca obter a padronização do produto, escala de produção e controle de qualidade, aspectos exigidos pelos grandes importadores. Desta forma, o CTA significa uma ação capaz de remover os principais gargalos existentes

no âmbito da cadeia produtiva, causados pela dispersão dos produtores e pela incipiente infraestrutura das associações e cooperativas.

Com recursos no total de R\$ 950 mil, o PROMOVER prevê que o projeto vai complementar o esforço que vem sendo desenvolvido no Piauí para dinamizar um de seus potenciais econômicos, que é o mel. Por apresentar características peculiares – mel de origem silvestre e sem contaminação com agrotóxicos – o mel do Piauí se diferencia dos demais produtos ofertados no mercado nacional e internacional podendo, assim, obter preços diferenciados.

Os objetivos específicos do PROMOVER são implantar uma estrutura física focada na qualificação e certificação da produção; instalar laboratórios de análises físico-química e microbiológica; obter o aprimoramento em tecnologia na cadeia produtiva do mel, seus derivados e outros produtos das abelhas; obter certificação e controle de qualidade visando atender as exigências do mercado nacional e internacional; criar uma marca própria, agregando valor; integrar de forma socioeconômica os elos envolvidos no Arranjo Produtivo da Apicultura na Mesorregião da Chapada do Araripe e no Estado do Piauí; viabilizar a oferta de produtos orgânicos derivados da apicultura e, por fim, promover a capacitação e treinamento de apicultores visando à melhoria da exploração da atividade nos diversos níveis da cadeia produtiva. ►►



*“O aprimoramento técnico científico da cadeia produtiva da apicultura regional bem como incrementar a atividade no que se refere a qualificação, instrumentalização, certificações, prestação*

*de serviços laboratoriais, propiciando a sustentabilidade, competitividade e o profissionalismo dos produtores. Ao mesmo tempo gerando trabalho, agregando valores e permitindo a consolidação no mercado.”*

**Antonio Leopoldino Dantas Filho (Sitinho),**

*presidente da Federação*

*das Entidades Apícolas do Piauí - FEAPI*

*e um dos parceiros na implantação do CTA*

# Fim das desigualdades: uma meta para o Estado

**D**efinidas as mesorregiões e os seus projetos de desenvolvimento em andamento, o maior desafio agora é a formação de um fórum nacional que reúna as entidades representativas de cada uma das mesorregiões. O principal objetivo deste fórum é assegurar a continuidade da Política Nacional de Desenvolvimento Regional como política de Estado e não apenas uma política de governo que, em geral, está sujeita a desvios de seus objetivos.

A tarefa do fórum de cada mesorregião é, inicialmente, mobilizar os atores para o envolvimento com o projeto de desenvolvimento local. Na verdade, isso significa reunir esforços da população, de associações e de sindicatos de trabalhadores com os de outras entidades organizadas assim como de instituições e órgãos governamentais. Feito isso, cabe ao fórum discutir, identificar e elaborar o melhor projeto que assegure àquela mesorregião a auto-sustentabilidade e a redução das desigualdades.

Mesorregião	Instalação do Fórum	Estatuto/Regimento	Plano de Ação
Chapada do Araripe	Maio de 2004	Sim	Em elaboração
Vales do Jequitinhonha e Mucuri	Janeiro de 2003	Não	Sim
Vale do Ribeira	Em estruturação	Não	Em elaboração
Xingo	Maio de 2006	Sim	Em elaboração
Alto Solimões	Março de 2003	Sim	Não
Metade Sul do RS	Dezembro de 2002	Não	Em revisão
Grande Fronteira do Mercosul	Novembro de 2002	Sim	Em revisão
Bico do Papagaio	Em estruturação		Não
Bacia do Itabapoana	Em estruturação		Não
Águas Emendadas	Em estruturação		Não
Vale do Rio Acre	Em estruturação		Não
Chapada das Mangabeiras	Em estruturação		Não

**Incentivo para o progresso** – nas discussões, o fórum deve considerar todos os aspectos, sejam eles físicos, culturais, econômicos e sociais da mesorregião, devendo, inclusive, incentivar projetos desenvolvidos em parcerias ou de forma associada. O aspecto mais importante para cada um dos projetos desenvolvidos nas doze mesorregiões, é que eles garantam às populações a melhoria da qualidade de vida com maior renda. Os fóruns oferecem apoio aos APLs, que são estruturas legítimas e dinâmicas para a geração de renda nas comunidades, com o objetivo de reduzir as desigualdades inter e intra-regionais nos espaços prioritários.

“O fórum é uma instância de discussão que vai elaborar, monitorar e acompanhar os projetos desenvolvidos”, aponta o Gerente-executivo do PROMESO, Marcelo Moreira, do Ministério da Integração Nacional. Ele explica que no modelo que tem sido adotado no Brasil, os integrantes de cada fórum têm salários pagos pelos órgãos que representam no grupo. Na Europa, entretanto, o sistema já está mais avançado e os fóruns ganharam maior auto-

nia dispondo, inclusive, de recursos para o pagamento de salário de seu pessoal. Com isso, ficam reduzidas as possibilidades de interferência externa e de descontinuidade de ações por eventuais mudanças de seus membros.

Também é atribuição dos fóruns a realização de reuniões, debates, conferências e oficinas para a discussão de projetos assim como a definição de como poderá ser feito o treinamento dos atores envolvidos nestes projetos.

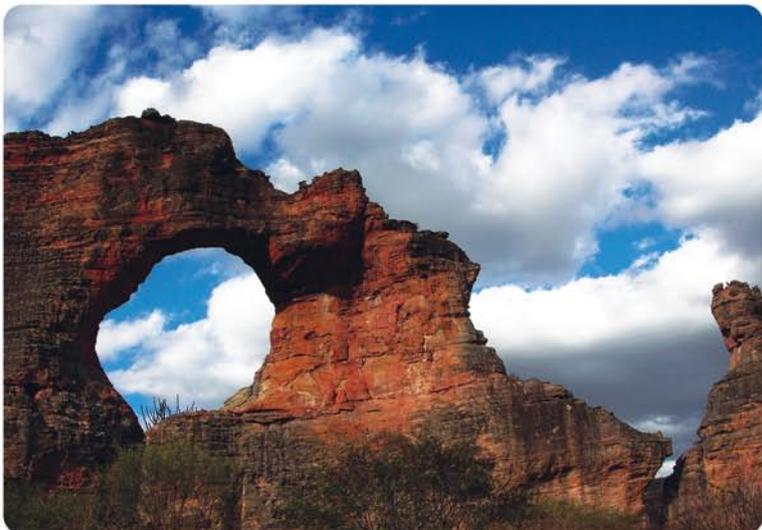
### **Em doze mesorregiões, já são seis fóruns**

- das doze Mesorregiões já definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional, seis já tiveram seus fóruns instalados. Com o fórum nacional, estas instâncias terão a possibilidade de trocar informações e experiências sobre o desenvolvimento de projetos. Ou seja, eles poderão ter uma gestão compartilhada do desenvolvimento regional.

Dos seis fóruns constituídos, quatro já têm pronto o regimento enquanto cinco deles já possuem o plano de ação para o desenvolvimento de projetos pronto ou em elaboração. ►►

## **Principais objetivos do Fórum Nacional das Mesorregiões:**

- assegurar que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional seja uma política de Estado tendo em vista que a redução das desigualdades econômicas e sociais hoje existentes no Brasil são um objetivo previsto na Constituição Federal;
- estimular a participação da sociedade na implementação e aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões;
- contribuir na formulação e implementação de programas;
- contribuir para que o nível de desenvolvimento das mesorregiões se equipare à média do que foi obtido na macrorregião;
- desenvolver ações político-administrativas visando reformas estruturais que garantam uma igualdade na repartição dos recursos destinados aos Estados e Municípios;
- desenvolver ações para garantir a inclusão dos programas e projetos de interesse das mesorregiões tanto no Plano Plurianual do Governo Federal como no orçamento da União;
- por fim, promover a integração horizontal entre os fóruns de desenvolvimento, estimulando o intercâmbio de informações e experiências e, ainda, divulgando suas ações para o conhecimento de todos.



Secretaria de Programas Regionais.  
Trabalhando pelo desenvolvimento  
das regiões brasileiras.



Ministério da  
Integração Nacional



